



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

**“Caminhos de Transformação: O Papel do Educador Social no  
Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente”**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação  
- Especialização em Pedagogia Social -

Ana Lúcia Rocha da Silva

Porto, outubro de 2024



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

**“Caminhos de Transformação: O Papel do Educador Social no  
Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente”**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Pedagogia Social -

Ana Lúcia Rocha da Silva

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Ana Camões

Porto, outubro de 2024

“O Educador Social tem um papel que vai direto aos problemas dos Antigos Combatentes, onde existem choradeiras e os problemas são diferentes... nós viemos diferentes por causa de um passado que nos foi imposto e deixou marcas... este profissional promove iniciativas que nos fazem sentir mais Humanos”

*(Antigo Combatente Manuel Moreira Rodrigues - Associação Combatentes do Ultramar Português)*

## Agradecimentos

A gratidão será sempre a melhor forma de expressarmos o quanto as pessoas são realmente importantes e o quanto acrescentam à minha vida. Começo por agradecer a Deus, por mais uma vez, me guiar num caminho que muitas vezes parece sem sentido, mas que no fim ele providencia para que tudo seja feito não como nós queremos, mas como tem de ser feito:

“Notei que muitas vezes no caminho da minha vida havia apenas um par de pegadas na areia, notei também que isso aconteceu nos momentos mais difíceis. E então, o Senhor respondeu-me: Meu filho, quando viste, só um par de pegadas, aí foi quando te peguei ao colo”

(Desconhecido, inspirado no livro de Isaías)

À minha mãe que é a mulher guerreira e o meu exemplo de persistência.

Ao meu Samuel, o companheiro de viagem de todas as etapas. Aquele que me dá a mão e que me diz: “Vai que eu vou contigo!”. Obrigada pelo amor e por seres o parceiro da minha vida.

Às minhas irmãs, cunhados e os meus dois pequenos sobrinhos, que são a família que anima quando tudo está cinzento e em especial à minha Sónia que é irmã e que nos últimos tempos é entusiasmo e alegria sempre com um “tu consegues” à mistura.

No leque familiar, não podia deixar de agradecer ao meu pai que, como Antigo Combatente, entendeu e ganhou coragem e segurança de confidenciar e ver na filha um porto seguro, no auge dos seus 82 anos. Fez-me entender que a vida por vezes não é como queremos, mas a forma como tornamos as dificuldades em oportunidades é quando ela se torna mais bela, e ele apesar de por vezes distante fez-se presente neste caminho.

Agradeço à Professora Doutora Isabel Baptista, pelo incentivo e pela proximidade com que sempre me tratou e a dedicação que coloca em cada rosto que cruza o seu caminho.

De uma forma muito especial, agradeço à Professora Doutora Ana Camões, pois graças a ela, estou neste momento a redigir este trabalho, o qual tive o privilégio de ser por ela orientado, e que nunca me deixou desistir, nem baixar os braços. Atrevo-me a dizer que, a Professora Ana, foi o lado maternal que a UCP me deu. Agradeço com todo o meu coração.

Ao Sr. Rodrigues, Antigo Combatente e o meu pai do coração, que sempre me ajudou naquilo que lhe foi possível, fez com que eu crescesse e pudesse adquirir novos contactos e conhecimentos e foi ele que me ensinou que os nossos valores devem ser defendidos e protegidos venha o que vier.

À minha Alice, a mãe que a ACUP me deu, a mulher que enfrenta injustiças e que dá de si a cada pessoa que precisa do seu apoio e do seu carinho. Obrigada por todo o amor e carinho que me dá.

Às minhas companheiras de vida... à minha Lenita, à Mariana, à minha Ju, à minha Beatriz, à Marina, ao meu Kiquinho e à minha Jéssica pela compreensão e pelas palavras de conforto que apareciam quando menos esperava. À família do coração, ao avô António, à Tia São e a minha Tia Fátima e ao meu Padrinho André que rezaram literalmente por mim. Obrigada pelo carinho que me dão e que sinto que têm por mim.

Não posso deixar para trás aquelas que começaram como colegas de curso e que passaram a colegas de vida como a minha Carina, a minha Débora e a minha Marcela, pois fomos apoio umas das outras quando as dificuldades e as dúvidas apertavam. O trabalho em equipa resultou numa partilha de conhecimentos e valores que transcenderam o próprio trabalho e isso guarda-se não só na memória, mas também no coração.

Agradeço à Dr.<sup>a</sup> Maria João Folques que me acolheu no Ministério da Defesa Nacional com um carinho e amor inexplicável, com uma palavra de ajuda e sempre demonstrando disponibilidade para me receber e para me apoiar. À Dr.<sup>a</sup> Anabela Estevão que sempre me recebeu no Ministério com um sorriso doce e que me ajudou sempre no que precisei.

Em último e de forma muito especial, OBRIGADA, aos Antigos Combatentes com quem eu privo diariamente, ao Sr. Moreira, ao Sr. Alexandre, entre outros e conseqüentemente às suas esposas. Para além de agradecer prometo que, quer a nível pessoal, quer a nível profissional honrarei tudo aquilo que conquistaram e lutarei sempre por vocês dando sempre o meu melhor. Por mais que tente, e depois de tudo o que passaram, nunca conseguirei retribuir o tesouro que vocês conquistaram para me dar: A LIBERDADE.

A TODOS, TODOS, TODOS o meu obrigada de coração.

“A gratidão é a memória do coração!”

## **Resumo**

O presente trabalho corresponde a uma dissertação académica intitulada de “Caminhos de Transformação: O papel do Educador Social no Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente”, conducente à obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social, da Universidade Católica do Porto na Faculdade de Educação e Psicologia.

A Pedagogia Social serve como referencial teórico, enquanto Ciência da Educação que se centra no desenvolvimento humano e social, para entender o papel do Educador Social no processo de Desenvolvimento Pessoal e Social dos Antigos Combatentes. Assim, foram estabelecidos três objetivos principais, que passam por identificar e analisar as instituições de Antigos Combatentes que têm equipas de apoio ao seu desenvolvimento pessoal e social; as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes e as perceções dos diferentes atores envolvidos.

Do ponto de vista empírico, optou-se por uma metodologia de carácter qualitativa, tendo por base o recurso à pesquisa documental e à inquirição dos atores. Esta abordagem metodológica através de diferentes técnicas e da inquirição de diferentes atores, a diferentes níveis, permitiu cruzar e complementar informações, favorecendo uma análise mais sólida sobre a realidade de intervenção social e sobre as perceções dos diversos envolvidos, conferindo ao estudo uma profundidade analítica que aumentou a validade e a compreensão dos fenómenos observados.

Os dados recolhidos e analisados evidenciam e reforçam a relevância da intervenção do Educador Social na vida dos Antigos Combatentes. Este profissional tem a capacidade de oferecer uma intervenção próxima e personalizada, respeitando a individualidade de cada pessoa, e utilizando ferramentas e técnicas fundamentais como a empatia e a escuta ativa, que são cruciais para trabalhar com estas pessoas.

**Palavras-chave:** Pedagogia Social; Educador Social; Antigos Combatentes; Desenvolvimento pessoal e social; Vulnerabilidades e Direitos Humanos

## **Abstract**

This work corresponds to an academic dissertation entitled ‘Paths of Transformation: The Role of the Social Educator in the Personal and Social Development of Former Combatants’, leading to the award of a master’s degree in educational sciences with a specialisation in Social Pedagogy, from the Catholic University of Porto in the Faculty of Education and Psychology.

Social Pedagogy serves as a theoretical reference, as a Science of Education that focuses on human and social development, to understand the role of the Social Educator in the process of Personal and Social Development of Former Combatants. Thus, three main objectives were established: to identify and analyse the institutions for former combatants that have support teams for their personal and social development; the socio-pedagogical practices of these technical teams with former combatants; and the perceptions of the different actors involved.

From an empirical point of view, we opted for a qualitative methodology, based on documentary research and interviews with stakeholders. This methodological approach, using different techniques and interviewing different actors at different levels, made it possible to cross-reference and complement information, favoring a more solid analysis of the reality of social intervention and the perceptions of the various people involved, giving the study an analytical depth that increased the validity and understanding of the phenomena observed.

The data collected and analyse highlights and reinforces the relevance of the Social Educator's intervention in the lives of former combatants. This professional has the ability to offer a close and personalized intervention, respecting the individuality of each person and using fundamental tools and techniques such as empathy and active listening, which are crucial when working with these people.

**Keywords:** Social Pedagogy; Social Educator; Former Combatants; Personal and social development; Vulnerabilities and Human Rights.

## Índice Geral

<i>Agradecimentos</i> .....	<i>IV</i>
<i>Resumo</i> .....	<i>VI</i>
<i>Abstract</i> .....	<i>VII</i>
<i>Índice de tabelas</i> .....	<i>X</i>
<i>Siglário</i> .....	<i>XI</i>
<i>Introdução Geral</i> .....	<i>13</i>
<b><i>I PARTE</i></b> .....	<b><i>16</i></b>
<b><i>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</i></b> .....	<b><i>16</i></b>
<b>Introdução</b> .....	<b><i>17</i></b>
<b>Capítulo I:</b> .....	<b><i>18</i></b>
<b>Pedagogia Social, Educação Social e Desenvolvimento humano</b> .....	<b><i>18</i></b>
1.1. Pedagogia Social como Ciência da Educação .....	<i>18</i>
1.2. A Pedagogia Social na Formação de Educadores Sociais .....	<i>20</i>
1.3. Educação Social e Desenvolvimento humano .....	<i>22</i>
<b>Capítulo II:</b> .....	<b><i>25</i></b>
<b>Consequências dos Conflitos Armados: História, Impacto e Vulnerabilidade dos Direitos Humanos</b> .....	<b><i>25</i></b>
2.1. História dos Conflitos Armados e as Consequências Sociais .....	<i>25</i>
2.2. O impacto do Teatro de Guerra nos Antigos Combatentes.....	<i>29</i>
2.3. Vulnerabilidade e Direitos Humanos dos Antigos Combatentes .....	<i>32</i>
<b>Capítulo III:</b> .....	<b><i>35</i></b>
<b>Reintegração, Desenvolvimento e Vulnerabilidades</b> .....	<b><i>35</i></b>
3.1. A Reintegração dos Antigos Combatentes na Sociedade Pós-conflito .....	<i>35</i>
3.2. Desenvolvimento Pessoal e Social dos Antigos Combatentes.....	<i>37</i>
3.3. Necessidades de Apoio dos Antigos Combatentes .....	<i>39</i>
<b>Conclusão</b> .....	<i>41</i>
<b><i>II PARTE</i></b> .....	<b><i>42</i></b>
<b><i>ESTUDO EMPÍRICO</i></b> .....	<b><i>42</i></b>
<b>Introdução</b> .....	<b><i>43</i></b>
<b>Capítulo I:</b> .....	<b><i>44</i></b>
<b>Justificação metodológica</b> .....	<b><i>44</i></b>
1.1. Questão e Objetivo de Investigação.....	<i>44</i>
1.2. Estratégia de Desenvolvimento .....	<i>44</i>
1.3. Critérios de Análise e Discussão de Dados .....	<i>47</i>
<b>Capítulo II:</b> .....	<b><i>51</i></b>
<b>Contextualização da Pesquisa</b> .....	<b><i>51</i></b>
2.1. Políticas Públicas e Apoios Institucionais aos Antigos Combatentes.....	<i>51</i>
2.2. Instituições de Apoio a Antigos Combatentes .....	<i>53</i>
2.3. Perfil dos Antigos Combatentes Envolvidos no Estudo .....	<i>60</i>
<b>Capítulo III:</b> .....	<b><i>63</i></b>

<b>Análise e discussão de dados .....</b>	<b>63</b>
3.1. Instituições e equipes de apoio .....	63
3.2. Práticas Sociopedagógicas .....	68
3.3. Percepções dos Atores .....	76
<b>Conclusão .....</b>	<b>87</b>
<b><i>Considerações Finais .....</i></b>	<b><i>90</i></b>
<b><i>Bibliografia .....</i></b>	<b><i>94</i></b>
<b><i>Bibliografia de Referência .....</i></b>	<b><i>98</i></b>
<b><i>Documentação e legislação consultada e referenciada .....</i></b>	<b><i>100</i></b>
<b><i>Webgrafia.....</i></b>	<b><i>101</i></b>
<b><i>Anexos.....</i></b>	<b><i>102</i></b>
<b><i>ANEXO I.....</i></b>	<b><i>103</i></b>
<b><i>ANEXO II .....</i></b>	<b><i>108</i></b>
<b><i>ANEXO III.....</i></b>	<b><i>114</i></b>
<b><i>ANEXO IV .....</i></b>	<b><i>116</i></b>

## **Índice de tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Instituições e Apoios aos Antigos Combatentes em Portugal .....	53
<b>Tabela 2</b> - Descrição de serviços e atividades das Instituições .....	59
<b>Tabela 3</b> - Dados Antigos Combatentes intervenientes no estudo .....	62
<b>Tabela 4</b> – Caracterização das instituições do estudo.....	63
<b>Tabela 5</b> - Caracterização de Antigos Combatentes Atendidos.....	64
<b>Tabela 6</b> – Equipa Técnica: Existência, Composição e Experiência do Quadro Técnico e Funções Sociais .....	65
<b>Tabela 7</b> - Áreas de Intervenção Contempladas pelo Protocolo.....	67
<b>Tabela 8</b> - Quadro Sinótico: Práticas Sociopedagógicas nas Equipas de Apoio .....	68
<b>Tabela 9</b> - Quadro Sinótico: Perceções dos autores .....	77

## **Siglário**

**AC** – Antigos Combatentes;

**ACUP** – Associação Combatentes do Ultramar Português;

**ADFA** - Associação dos Deficientes das Forças Armadas;

**ANCU** – Associação Nacional de Combatentes do Ultramar;

**ANPG** – Associação Nacional Prisioneiros de Guerra;

**AOFA** - Associação de Oficiais das Forças Armadas;

**APOIAR** – Associação de Apoio a Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra;

**APVG** – Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra;

**DFA** – Deficientes das Forças Armadas;

**DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos;

**ENIPSSA** – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.

**FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola;

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique;

**IASFA** - Instituto de Ação Social das Forças Armadas;

**MDN** – Ministério da Defesa Nacional;

**MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola;

**ONU** – Organização das Nações Unidas;

**PADM** – Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares;

**PAIGC** – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde;

**PASACSSA** – Plano de Apoio Social dos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo;

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

**PTSD** – Perturbação do Stress Pós-Traumático;

**RC** – Regime de Contrato;

**SNS** – Serviço Nacional de Saúde;

**SPCE** – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação;

**STSD** - Perturbação Secundária do Stress Pós-Traumático;

**UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization;

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola;

**UPA** - União das Populações de Angola;

## **Introdução Geral**

Esta dissertação académica foi desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social, na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto e intitula-se de “Caminhos de Transformação: O papel do Educador Social no Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente.

A Guerra Colonial deixou marcas irreversíveis naqueles que foram mobilizados, para combater em Colónias longínquas, ainda com uma tenra idade, deixando para trás as suas famílias e aterrorizados com o futuro que lhes era esperado.

A pertinência do estudo surge na envolvimento pessoal com os Antigos Combatentes em contexto de trabalho e que enquanto Educadora Social, profissional de intervenção socioeducativa, crescem inquietações acerca do desenvolvimento social e pessoal destas pessoas em concreto, marcados por experiências extremamente traumáticas, sempre com base numa intencionalidade pedagógica. Neste contexto e enquanto Educadora Social reforço a importância da sensibilidade, da relação de confiança e do compromisso total por parte do profissional com estas questões sensíveis e sobretudo com pessoas tão vulneráveis e especiais.

Com este estudo quisemos perceber, qual o lugar do Educador Social junto dos Antigos Combatentes e conseqüentemente a sua intervenção. Neste sentido, os objetivos deste estudo passaram por identificar e caracterizar as instituições de Antigos Combatentes que têm equipas de apoio ao seu desenvolvimento pessoal e social; identificar e analisar as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes e identificar e analisar as perceções dos diversos atores sobre a intervenção e contribuição do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes.

Em termos metodológicos, o processo de investigação é sustentado por uma metodologia de carácter qualitativo, desenvolvido durante onze meses, entre setembro de 2023 e setembro de 2024. Em termos organizacionais, o trabalho encontra-se dividido em duas partes.

A dissertação inicia-se com uma revisão da literatura sobre a Pedagogia Social, a Educação Social e o Desenvolvimento Humano, enquadrado no Capítulo I, abordando os fundamentos teóricos e a relação que têm entre si, discutindo a Pedagogia Social enquanto Ciência da Educação, as implicações desta na formação dos Educadores Sociais e a sua relação com o Desenvolvimento Humano.

O Capítulo II, refere-se às consequências dos conflitos armados, onde se explora a história destes mesmo conflitos e as suas implicações sociais, o seu impacto direto nos Antigos Combatentes que viveram na primeira pessoa a experiência de teatro de guerra e questões de vulnerabilidade dos direitos humanos destas pessoas.

No Capítulo III, e último da primeira parte, são focadas estratégias de reintegração dos Antigos Combatentes na sociedade depois do conflito. O capítulo reflete sobre o desenvolvimento humano pessoal e social dos Antigos Combatentes, como na necessidade de apoio específico deste grupo considerado vulnerável.

Na segunda parte, dedicamo-nos ao estudo empírico e apresentámos o método escolhido para a investigação, assim como os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, reforçando a precisão utilizada em todos os métodos que foram utilizados bem como a análise de todos os dados. Neste estudo quisemos chegar junto de todos os atores envolvidos no processo.

No Capítulo I, trabalhamos as questões e objetivos de investigação, bem como a estratégia de desenvolvimento metodológico e os critérios de análise e discussão dos dados que foram possível obter. Já no Capítulo II, contextualizamos a pesquisa ao explorar políticas públicas e apoios institucionais que se dirigem aos Antigos Combatentes, as instituições de apoio que se debruçam nas questões destas pessoas e o perfil dos participantes que foram envolvidos no presente estudo. Por fim, no Capítulo III, são apresentadas a análise e discussão dos dados que foram possíveis recolher, abordando as instituições e equipas de apoio, as práticas sociopedagógicas e as perceções dos participantes que foram envolvidos e que são Antigos Combatentes da Guerra Colonial.

Terminamos com as conclusões mais importantes, referindo as limitações do estudo, assim como da pertinência das linhas de investigação futuras. A dissertação

encerra com as referências bibliográficas e documentos legislativos que sustentam a investigação, assim como os anexos.

**I PARTE**

**PRESUPUESTOS TEÓRICOS**

## **Introdução**

O estudo apresentado nesta primeira parte centra-se na exploração de pressupostos teóricos essenciais para compreender as dinâmicas da Pedagogia Social, Educação Social e Desenvolvimento Humano. Ao longo deste capítulo, serão discutidos os principais conceitos, teorias e perspectivas que fundamentam estas áreas de conhecimento, oferecendo uma visão abrangente e integrada.

Analisa-se assim, as interligações entre estes conceitos, abordando a Pedagogia Social como uma disciplina científica, sublinhando a sua origem e múltiplas vertentes e a sua interligação ao campo das Ciências da Educação e o seu papel na formação de Educadores Sociais. Além disso, explora-se a relação entre Educação Social e Desenvolvimento Humano, destacando a importância das práticas sociais na promoção do desenvolvimento pessoal e social de todas as pessoas, em particular, dos Antigos Combatentes.

A Pedagogia Social é apresentada como uma disciplina que transcende a mera transmissão de conhecimentos, focando-se no desenvolvimento integral das pessoas em interação com a sociedade. Esta disciplina é entendida como uma ferramenta com relevância na formação de Educadores Sociais, clarificando a sua importância na preparação destes profissionais para promover o desenvolvimento social e humano.

No que respeita à relação entre Educação Social e Desenvolvimento Humano, indaga-se como a Educação Social contribui para o desenvolvimento dos Antigos Combatentes, considerando aspetos cognitivos, emocionais, sociais e éticos. Salienta-se ainda a relevância da educação não formal e das práticas sociais na formação das pessoas e na criação de condições para uma participação ativa na sociedade.

Este estudo visa, assim, aprofundar a compreensão dos conceitos de Pedagogia Social, Educação Social e Desenvolvimento Humano, fornecendo uma base teórica sólida para a análise das práticas educativas e sociais em contextos específicos. Através desta análise, procura-se identificar as potencialidades e desafios associados à implementação de práticas educativas e sociais que promovam o desenvolvimento integral das pessoas e contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **Capítulo I:**

### **Pedagogia Social, Educação Social e Desenvolvimento humano**

#### 1.1. Pedagogia Social como Ciência da Educação

O desenvolvimento das Ciências da Educação oferece uma base sólida para compreender a complexidade dos processos educativos, integrando múltiplas perspectivas teóricas e práticas.

Descrito como a constituição de “uma «família», cujos objetivos centrais são: «descrever, explicar, compreender, levantar novos problemas teórico-práticos, justificar os processos internos e os condicionamentos de qualquer prática educativa ou formativa.” (Boavida & Amado, 197), quando estamos perante esta Ciência, estamos perante uma “realidade diversa, rica, multiforme, que nunca está acabada (...) que muda constantemente de umas situações para outras, nunca se repetindo.” (Boavida & Amado, 2008, p. 196), que tem como responsabilidade “a construção progressiva de um património de saberes ao dispor das práticas, em domínios tão diversos como as famílias, as escolas, as associações sociais e culturais, as autarquias, os centros de formação, os centros de acolhimento de crianças e idosos” (Amado, 2011, p.7).

É neste contexto de transformação na valorização da educação ao longo da vida, e num panorama de mudança de crenças e áreas de investigação, que surge a Pedagogia Social, como uma disciplina académica que se estuda nas Universidades e nas Escolas Superiores de Educação; como um conhecimento profissional mais especificamente um conhecimento de referência para técnicos de intervenção socioeducativa, especificando o exemplo dos Educadores Sociais; e por fim como uma sabedoria prática, uma filosofia de ação (Baptista, 2008).

Assim, a Pedagogia Social é vista como uma disciplina científica enquadrada no campo das Ciências da Educação, direcionada para o estudo e para a reflexão das práticas educativas que acontecem em contextos sociais específicos, não se limitando apenas à transmissão de conhecimento, mas debruçando-se no que diz respeito ao desenvolvimento humano, analisando questões inerentes à socialização da pessoa nos novos cenários sociais. É aqui que a Pedagogia Social encontra espaço de legitimação da sua

especificidade e autonomia disciplinar. A “gênese da sua emergência está intimamente relacionada com contextos de vulnerabilidade e fragilidade humana.” (Camões, 2018, p.38).

É sobretudo no século XX, na sequência da 2ª Guerra Mundial, e depois de todas as vivências e consequências que advieram desse mesmo acontecimento, em contexto de sociedade, que a Pedagogia Social se eleva, uma vez que “esta área de saber se refere à articulação entre a educação e a solidariedade e que este entendimento permite o desenvolvimento de metodologias e de filosofias e ação (...) orientadas para a criação de oportunidades de desenvolvimento e de participação social acessíveis a todas as pessoas, sem distinção” (Vaz, 2010, p.13 citado por Camões, 2018, p. 33).

A combinação de diversos conhecimentos oriundos de várias disciplinas forma o campo científico da Pedagogia Social, reconhecida como o conhecimento socioeducacional essencial que deve guiar a atuação de profissionais que atuam em situações de vulnerabilidade e exclusão social, “uma cultura de trabalho orientada para a promoção de laços sociais significativos entre pessoas, instituições e comunidades, funcionando nesta medida como uma antropologia prática associada a valores de humanismo de carácter relacional” (Baptista, 2008, p. 22). Esse campo do saber incorpora a intenção pedagógica e os princípios de solidariedade social.

Aferimos assim, que a Pedagogia Social, como parte das Ciências da Educação, foca-se nas práticas educativas em contextos de vulnerabilidade, promovendo a inclusão e o desenvolvimento social. Combinando saberes de várias disciplinas, esta área orienta-se por valores de solidariedade e humanismo, sendo necessária para formar profissionais que atuam em situações de exclusão social.

Torna-se assim importante explorar as origens da Pedagogia Social e entender a sua pertinência nos dias de hoje. Essa compreensão ganha ainda mais importância quando analisada em contextos de conflito, como é o caso da Guerra Colonial e a situação dos Antigos Combatentes.

## 1.2. A Pedagogia Social na Formação de Educadores Sociais

A Pedagogia Social, enquanto Ciência da Educação, representa um marco decisivo na formação inicial dos Educadores Sociais, dotando-os de ferramentas que promovem a prevenção e que protegem na (res)socialização das pessoas e das comunidades “especificamente vocacionada para o trabalho de proximidade com pessoas e grupos humanos em situação de vulnerabilidade e exclusão social, (...) constitui um dos domínios de investigação privilegiados pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa” (Azevedo e Baptista, 2008, p. 46).

Adotada “como saber matricial de uma multiplicidade de atores socioeducativos, a Pedagogia Social encontra na Educação Social o seu campo de ensaio privilegiado, na permanente (re)construção de um conhecimento teórico-prático, desenvolvido em espaços de vulnerabilidade social.” (Camões, 2028, p.39).

Partimos assim “de uma conceção da Pedagogia Social como um saber educacional intrinsecamente inovador que produz impacto significativo nos processos de desenvolvimento humano, sobretudo junto das pessoas mais vulneráveis” (Vaz e Baptista, 2021, p.77888), esta área do conhecimento é determinante nas questões da aprendizagem social, tanto no contexto individual como no comunitário.

No entanto, este saber profissional não deve ser visto apenas como um recurso de socorro a nível social, mas sim como uma oportunidade para que as pessoas se tornem protagonistas das suas vidas e da sua história, assim como construtores da comunidade envolvente. Como refere Zygmunt Bauman na obra “A Arte da vida” (2017, p.77):

“Devemos ter acreditado na nossa capacidade de fazer a diferença: diferença no curso da nossa própria vida, mas também no mundo em que ela é vivida. Resumindo: devemos ter acreditado que somos artistas capazes de criar e moldar as coisas, tanto quanto podemos ser, nós mesmos, um produto dessa criação e moldagem(...)”

A Educação Social é uma profissão caracterizada pela versatilidade técnica, pela variedade de intervenções e pela diversidade dos contextos laborais, onde o foco principal

é o desenvolvimento humano. Através da definição de um conjunto de ações de natureza de caráter sociopedagógico, compreendidas através da Pedagogia Social, o Educador Social orienta a sua intervenção, diferenciando-se dos demais profissionais pela sua capacidade de mediação e pela maneira como estabelece relações de proximidade com as pessoas com quem intervém. “Dotados de um saber pedagógico especializado e apoiados em leituras mais integradas da realidade, os Educadores Sociais encontram-se em posição privilegiada para fazer subordinar as interpelações da nossa contemporaneidade ao lado mais luminoso da condição humana” (Baptista, 2012, p.39).

Valente (2021) enfatiza que a relação entre Educador Social é uma experiência humana compartilhada, caracterizada por um processo dinâmico de superação mútua. O Educador Social não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador que cria um ambiente de descoberta e reflexão. Essa interação é marcada pela empatia, respeito mútuo e valorização das vozes das pessoas com quem intervém, promovendo um espaço seguro para a expressão de ideias. Assim, o Educador Social emerge como um agente de mudança, contribuindo para a autonomia, solidariedade e construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Estes profissionais reconhecem cada pessoa como única, com potencialidades únicas, e promove mudanças comportamentais e é “precisamente na contemplação do outro, no respeito pela singularidade e na relação pedagógica positiva de abertura a cada rosto que a Pedagogia Social se demarca e fundamenta a sua identidade epistemológica.” (Camões, 2018, p.38), “onde a centralidade da Pessoa e a importância dos laços de solidariedade social se impõem em toda a sua grandeza cívica, corresponde ao «ethos» da pedagogia social.” (Azevedo e Baptista, 2008, pp.59-60).

A necessidade de uma intervenção socioeducativa fundamentada num conhecimento científico inovador permeado por aspetos humanísticos, também é enfatizada pela UNESCO (2020). E é neste contexto que, “a Pedagogia Social torna-se ainda mais importante enquanto saber construído na renovação da educação, na interação humana e no bem-estar” (Vaz e Baptista, 2021, p.77896). Esta capacitação é fundamental para que os Educadores Sociais possam efetivamente contribuir para a promoção dos Direitos Humanos e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Citando Camões (2018, p.38) “a Pedagogia Social tem como o objeto de estudo a

*práxis* socioeducativa, sustentando a sua especificidade na “hospitalidade” interdisciplinar, na permanente construção de um saber teórico-prático”, é uma área “especificamente dedicada à formação dos técnicos de intervenção socioeducativa, isto é, à formação dos profissionais que trabalham na linha da frente do combate contra a exclusão social, a pobreza, os maus-tratos e a violência.” (Baptista, 2021a, p.105).

Portanto, a base do conhecimento profissional dos Educadores Sociais, é a Pedagogia Social, que os dota de competências relacionais fundamentais para a prática interprofissional e dinâmicas de interação, e promove intervenções de proximidade com as pessoas e as suas realidades, fomentando abordagens mais ajustadas e cuidadosas.

### 1.3. Educação Social e Desenvolvimento humano

A Educação Social é uma profissão pautada pela polivalência técnica, pela pluralidade de ações e pela diversidade nos contextos de trabalho, que tem como objetivo o desenvolvimento humano de todas as pessoas, tendo em conta as suas necessidades cognitivas, emocionais e sociais.

Como refere Camões (2018, p.41),

“Considerada como uma ciência prática, porque cumpre todas as exigências da comunidade científica para que possa ser atribuído a um conhecimento as informações epistemológicas da ciência. Como uma ciência social, porque não pertence ao grupo das ciências naturais, mas ao das ciências espirituais, ou sociais ou humanas. Por fim, uma ciência educativa não formal, porque debruça-se sobre o processo e produto chamada «educação», circunscrevendo-se a lugares não formais.”

Segundo Baptista (2012, p.39) “A Educação Social surge-nos como uma das áreas mais importantes de intervenção sociopedagógica, ainda que não exclusiva, correspondendo àquela que melhor corporiza o património histórico da pedagogia social”,

que promove valores como a cidadania, a solidariedade e a inclusão, valores essenciais para a construção de uma sociedade mais democrática e mais justa. Nasce como uma resposta às transformações sociais e à necessidade de abordar questões relacionadas com a desigualdade, a marginalização e a exclusão presentes na sociedade (Carvalho e Baptista, 2004).

Assim, e tendo em conta as principais metas de desenvolvimento humano nas sociedades democráticas atuais, consideramos que as áreas ligadas ao desenvolvimento das comunidades são as áreas prioritárias para a atuação dos Educadores Sociais. Estas áreas abordam questões relacionadas ao desenvolvimento de competências sociais e emocionais, tais como empatia, a resiliência e a capacidade de resolver conflitos, fundamentais para promover a convivência harmoniosa e a coesão social. “Estamos, pois, perante um conhecimento construído na interface entre as áreas da educação e da solidariedade social, num contexto de mutação paradigmática dos respetivos campos de referência.” (Baptista, 2008, p.8) que promove a equidade e combate as desigualdades sociais, ajudando a construir uma sociedade mais coesa e solidária.

Torna-se, cada vez mais pertinente, promover práticas de cidadania baseadas em laços humanos significativos, “promovendo as condições de perfeitibilidade e educabilidade de todas as pessoas, em particular das mais vulneráveis” (Baptista, 2012, p.39). É necessário conceptualizar a cidadania e renovar intelectualmente e moralmente o Estado para inaugurar uma nova era social e política. A solidariedade social deve estar no centro da mudança política, com a educação desempenhando um papel vital no debate público sobre o desenvolvimento humano.

O termo "desenvolvimento humano" tem vindo a assumir um papel crescente nas últimas décadas, particularmente nas áreas de análise política, económica e tecnológica. Esta tendência reflete-se nos vários relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que, desde a sua primeira publicação em 1990, têm documentado a evolução das pesquisas e das práticas neste domínio.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2021/2022, podemos considerar que o principal propósito do desenvolvimento humano é proporcionar às pessoas as ferramentas

e oportunidades necessárias para que possam viver de acordo com os seus valores e desejos pessoais. Isso implica aumentar as suas capacidades e competências, permitindo-lhes alcançar um maior bem-estar e realização pessoal. Trata-se de capacitar as pessoas para que possam tomar decisões informadas e autónomas sobre as suas próprias vidas (PNUD, 2022, pp. 107-108).

Para Couto (2020, p.26) o “desenvolvimento humano é o desenvolvimento das pessoas através da construção de capacidades humanas, para as pessoas, melhorando as suas vidas e pelas pessoas através da participação ativa nos processos que moldam as suas vidas.” Este conceito abrange a ideia de que o desenvolvimento humano deve ser feito com e para as pessoas, garantindo o seu envolvimento ativo e o crescimento das suas capacidades para melhorar a própria vida.

Esta ideia leva-nos a compreender o desenvolvimento humano em três dimensões principais: o desenvolvimento das pessoas, que se refere à construção de capacidades humanas, ou seja, à necessidade de proporcionar às pessoas competências, conhecimentos e oportunidades que lhes permitam viver melhor e alcançar o seu potencial; o desenvolvimento para as pessoas, onde o foco está em melhorar a qualidade de vida, significando que todo o processo de desenvolvimento pretende beneficiar diretamente as pessoas, proporcionando-lhes uma vida mais digna e satisfatória; e o desenvolvimento pelas pessoas, que enfatiza a importância da participação ativa das pessoas nos processos que influenciam as suas vidas, permitindo que possam contribuir e ter um papel central na tomada de decisões que moldam o seu futuro.

Alinhando-se, assim, com a visão de desenvolvimento humano proposta nos Relatórios do PNUD, os Educadores Sociais, “enquanto profissionais qualificados para o exercício da autoridade pedagógica, atuam como mediadores interculturais e como promotores privilegiados de desenvolvimento humano” (Baptista, 2021b, p.63), através de processos sociopedagógicos que promovam a participação e a qualificação dos atores sociais (Couto, 2020, p.29), facilitam o diálogo entre culturas, promovem a inclusão e o respeito pela diversidade, centram-se na capacitação das pessoas para que as mesmas possam viver de acordo com os seus valores e para que possam participar na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos têm a oportunidade de crescer e participar.

## **Capítulo II:**

### **Consequências dos Conflitos Armados: História, Impacto e Vulnerabilidade dos Direitos Humanos**

#### 2.1. História dos Conflitos Armados e as Consequências Sociais

Portugal tem uma história rica e complexa de conflitos armados que deixaram marcas profundas na sua sociedade. Desde as guerras de reconquista contra os mouros na Idade Média até às Guerras Liberais do século XIX e às guerras coloniais do século XX, o país enfrentou desafios significativos ao longo dos séculos. Um dos períodos mais marcantes foi a Guerra Colonial, que decorreu entre 1961 e 1974, culminando com a Revolução dos Cravos. Este conflito envolveu as Forças Armadas Portuguesas em confrontos com movimentos de independência em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

A Guerra Colonial foi um dos principais incentivos para a queda do regime do Estado Novo e para a transição para a Democracia em Portugal. A Revolução dos Cravos em 1974 marcou o fim da guerra e o início de uma nova era política e social. A experiência da guerra e o processo de descolonização influenciaram a forma como os portugueses percebem a sua identidade nacional e o seu lugar no mundo. A questão colonial continua a ser um tema sensível, refletindo as ambiguidades e complexidades do passado colonial português.

Os primeiros incidentes deste acontecimento aconteceram em Angola, tendo acontecido pela União das Populações de Angola (UPA), a partir do dia “15 de março de 1961, (...) bárbaros massacres de populações brancas e trabalhadores negros oriundos de outras regiões angolanas.” (Guerra Colonial, 2022, p.19). Esta ação de guerrilha alastrou-se a outras regiões de Angola, de forma específica em Cabinda, o Leste, o Sudeste e o planalto central, tendo como iniciadores “não só da UPA, depois transformada em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), mas também, e sobretudo, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, mais tarde, da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). (Guerra Colonial, 2022, p.19).

Depois do território de Angola, as ações de guerrilha passaram para uma outra província, a da Guiné, iniciada pelo “Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo

Verde (PAIGC), em janeiro de 1963, com um ataque ao quartel de Tite, a sul de Bissau, (...) embora outras pequenas ações tivessem acontecido antes” (Guerra Colonial, 2022, p.20). No território de Moçambique, a “Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) executou a primeira ação em setembro de 1964” (Guerra Colonial, 2022, p.20).

Nestes três teatros de operações, as forças armadas portuguesas foram aumentando de forma constante, e conforme iam alargando as frentes de combate, atingindo, na década de 70, o ponto auge da capacidade de mobilização de recursos para estas antigas colónias de Portugal. A guerra, sustentava-se, de forma política, pelo princípio de defesa daquilo que entendiam ser território nacional, pois, pela parte dos partidos dos movimentos de libertação destes locais, a guerra era justificada pelo “princípio de autodeterminação e da independência.” (Guerra Colonial, 2022, p.20).

No marcante dia de 25 de abril de 1974, a natureza daquele que era o regime político foi alterado, modificando conseqüentemente, o suporte do “empenhamento militar das Forças Armadas Portuguesas nos territórios coloniais.” (Guerra Colonial, 2022, p.20), traduzindo, no fim das ações militares que envolviam as forças portuguesas. Estas mesmas forças iniciaram o seu regresso à metrópole, que culminou num “processo que ficou terminado nas datas previstas nos respetivos acordos, com o reconhecimento da independência de cada um dos territórios.” (Guerra Colonial, 2022, p.21).

Em forma de análise, a este fenómeno que chamamos de Guerra Colonial juntam-se duas questões sensíveis,

“o facto de ainda estar viva a geração que participou no conflito” e “o fator de distorção, já que os ex-combatentes transmitem uma visão dos acontecimentos focada quase exclusivamente na sua experiência pessoal, vivida em determinado sítio, tempo e condição, o que não ajuda a enquadrar ações da guerra sob a perspetiva de conjunto.” (Guerra Colonial, 2022, p.13).

Para melhor refletirmos, na realidade que os Antigos Combatentes viviam em contexto de guerrilha, temos como ações mais comuns, durante a guerra nos três teatros de operações a “colocação de engenhos explosivos (minas e armadilhas) nos itinerários

obrigatoriamente usados pelas tropas portuguesas; emboscadas a colunas motorizadas; flagelação de instalações militares (...) como ações de fogo executadas sobre zonas ocupadas pelo inimigo ou pelas quais este possa vir a transitar (...).” (Guerra Colonial, 2022, p.28).

Ao falarmos das Forças Armadas Portuguesas, falamos de áreas que estiveram no terreno com ações muito concretas e organizadas sendo que recaiu sobre o Exército o principal esforço, contudo era às forças navais e aéreas que cabia o desempenho de um importante apoio às operações terrestres. De forma específica, nestas três forças dos ramos das forças armadas, encontramos o Exército, onde o esforço foi distribuído, com incidência maior sobre as

“forças mais baratas e de menores exigências técnicas (a infantaria), enquanto as unidades das armas mais caras e de maior complexidade (a cavalaria, a artilharia, a engenharia, e as transmissões) eram utilizadas de acordo com as possibilidades e não conforme as necessidades (...) conhecidas limitações de ordem financeira, política, tecnológica impediram a constituição de forças mais adequadas (...) obrigando os militares portugueses a correrem riscos desnecessários e a sofrerem baixas escusadas”. (Guerra Colonial, 2022, pp. 32-33).

Uma outra força de bastante importância, foi a força da Marinha portuguesa que organizava unidades específicas para a Guerra Colonial. Estas unidades da Marinha destacavam-se como

“unidades navais equipadas com embarcações mais ou menos adequadas às características da guerra e dos teatros de operações; lanchas de fiscalização; (...) e de desembarque; bem como navios de patrulha que asseguravam a vigilância das costas, dos grandes rios e lagos, o transporte de forças militares e de abastecimento e ainda o apoio das artilharias navais e forças em terra pelo poder de fogo; navios de patrulha oceânicos, fragatas deslocadas para os comandos navais ultramarinos e corvetas, e navios construídos para operarem em África.

(...) unidades de fuzileiros, destacamentos de fuzileiros especiais, unidades de infantaria de assalto, inicialmente preparadas para serem utilizadas a partir de um navio (...) a marinha desenvolveu ainda unidades de mergulhadores, sapadores, que já integravam o seu sistema de forças, mas que foram particularmente úteis quando o PAIGC começou a utilizar minas aquáticas na Guiné. (Guerra Colonial, 2022, p. 33).

Como último ramo das forças armadas, encontramos o ramo da Força Aérea, onde se encontra três apoios fundamentais às operações como a informação, o fogo e o transporte. A Força Aérea, com meios que lhes eram próprios, organizava unidades para apoio às forças terrestres. Estes meios, recolhiam informação tática através de “reconhecimento visuais e de fotografia aérea realizada pelos aviões ligeiros” (Guerra Colonial, 2022, pp. 33-34). Também a Força aérea, sofreu limitações quanto ao seu equipamento e à sua organização nas suas unidades. Estas “limitações foram particularmente sentidas nas aeronaves de apoio aéreo às forças terrestres: caças-bombardeiros e helicópteros (...) Além das unidades aéreas a Força Aérea Portuguesa (...) integrou batalhões e companhias de paraquedistas, que atuavam como infantaria de assalto aerotransportada, saltando de paraquedas ou, mais vulgarmente, desembarcando de helicópteros.” (Guerra Colonial, 2022, p. 34).

As consequências sociais dos conflitos armados são vastas e duradouras. Em Portugal, a Guerra Colonial deixou marcas profundas em várias áreas da sociedade. Muitas pessoas foram forçadas a abandonar as suas regiões de origem, procurando refúgio noutras partes do país ou no estrangeiro. Os "retornados", como ficaram conhecidos os colonos que regressaram a Portugal após a independência das antigas colónias, enfrentaram grandes desafios de reintegração na sociedade portuguesa. O trauma associado à guerra teve um impacto significativo na vida de muitos veteranos e das suas famílias, contribuindo para problemas de saúde mental, como stress pós-traumático, depressão e ansiedade. Além disso, o conflito impôs um pesado custo económico ao país, com vastos recursos canalizados para o esforço de guerra, em prejuízo de setores fundamentais como a educação, a saúde e as infraestruturas.

Para além da questão dos retornados e dos traumas que advieram deste conflito, recuperamos uma expressão que acima foi mencionada e que nos diz: “obrigando os militares portugueses a correrem riscos desnecessários e a sofrerem baixas escusadas” (Guerra Colonial, 2022, p. 33), onde podemos perceber e contextualizar os Antigos Combatentes que para além dos traumas psicológicos, trouxeram marcas, muitas delas visíveis e aos quais deram o nome de Deficientes das Forças Armadas (DFA). Os DFA, são aqueles que sofreram graves e permanentes “mutilações nos teatros de operações ou em ações de preparação para o combate (...) constituem a face mais visível da guerra colonial e, em certo sentido, aquela que a sociedade portuguesa mais dificuldades tem tido em encarar” (Guerra Colonial, 2022, p. 486). Para acrescentar, “foi constituindo um exército de deficientes, que não parou de aumentar, formado por jovens que, na força da vida, se viram amputados, cegos, com doenças internas graves, doentes da mente, com um futuro incerto.” (Guerra Colonial, 2022, p. 486).

A Guerra Colonial deixou profundas marcas em Portugal, impulsionando o fim do Estado Novo e a transição para a Democracia. Este conflito não só gerou traumas duradouros entre os Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas, como também desafiou a reintegração dos "retornados" na sociedade portuguesa. As consequências sociais e económicas deste período refletem as complexidades da história colonial, sendo uma ferida ainda presente na memória coletiva do país.

## 2.2. O impacto do Teatro de Guerra nos Antigos Combatentes

A Guerra do Ultramar, que decorreu entre 1961 e 1974, deixou marcas profundas nos militares que participaram nos conflitos. Estes impactos vão além das deficiências físicas visíveis, implicam também o campo psicológico e emocional. De acordo com diversos estudos, os Antigos Combatentes foram frequentemente diagnosticados com Perturbação do Stress Pós-Traumático (PTSD) e Perturbação Secundária do Stress Pós-Traumático (STSD). Estes transtornos refletem a severidade dos traumas experienciados nos teatros de guerra, onde muitos enfrentaram situações extremas como ataques inimigos, confrontos diretos, e a necessidade de lidar com a morte e a destruição. Deste

trauma, segundo Herman (1992), advém a desorganização das bases de identidade e a fragmentação da sua percepção sobre o mundo o que demonstra que, experiências extremas como aquelas que foram vividas pelos Antigos Combatentes, abalam o seu sentido de segurança e a sua estrutura mental de uma forma profunda, o que dificulta de forma significativa o retorno à sua vida e àquele que era o seu quotidiano precedente à Guerra Colonial.

Recuperado a expressão acima mencionada, as experiências extremas de que poderemos dar exemplos, prende-se se uma forma significativa com o processo de matar (Grossman, 1995), que mesmo sendo em contexto de guerra, deixa marcas psicológicas profundas e duradouras nos Antigos Combatentes, afetando as suas vidas de uma forma permanente e até ao fim dos seus dias. Estamos, portanto, perante uma violência extrema como a necessidade de matar em contexto de campanha, que traz uma experiência que gera impactos psicológicos severos e muitas vezes levando à PTSD.

O PTSD, que só foi oficialmente reconhecido em 1980 (Caballo, 2003), graças ao esforço de movimentos organizados como os Antigos Combatentes da guerra do Vietname (Paris, 2000), afeta não apenas aqueles que viveram diretamente os horrores da guerra, mas também as suas famílias e pessoas mais próximas. Isto acontece porque o trauma pode ser transmitido para aqueles que convivem intimamente com os veteranos de guerra, resultando na STSD, onde familiares e amigos próximos desenvolvem sintomas semelhantes ao PTSD.

A pesquisa realizada por Maia, McInture, Pereira e Fernandes (2006) com 342 ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa revelou que uma percentagem significativa (57%) dos participantes relatou ter vivido experiências traumáticas. Estas experiências incluem ser alvo de ataques, estar sob fogo sem proteção, cometer ou testemunhar atos de violência contra inimigos ou civis, e enfrentar a morte de camaradas. A exposição repetida a tais eventos não só desumaniza o soldado, mas também pode levar a danos psicológicos duradouros.

Os militares Deficientes das Forças Armadas (DFA), que sofreram mutilações graves e permanentes, representam a face mais visível dos efeitos da guerra colonial. Estas pessoas, muitas vezes jovens, na flor da idade, retornaram ao país com lesões que mudaram para sempre as suas vidas, tornando-se inválidos e, frequentemente, vistos

como um fardo para as suas famílias.

De uma forma reflexiva, abordamos anteriormente a questão, das marcas dos Antigos Combatentes de uma forma traumática quer psicologicamente, quer fisicamente, contudo, não esqueçamos aqueles que conseqüentemente e que piorando a sua situação que já por si só é crítica, e que a guerra encaminhou devido aos seus problemas, para situações de sem-abrigo. Existe, um Plano de Apoio Social aos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo (PASCSSA) como promoção para o “reencaminhamento das situações devidamente sinalizadas para as estruturas oficiais de apoio, contribuindo para a integração social do referido universo, em articulação com o PADM, a Liga dos Combatentes e a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). (Relatório de Implementação do Estatuto do Antigo Combatente, 2022, p. 37).

Com este plano, há uma pretensão de apoiar os Antigos Combatentes que estejam em situação de sem-abrigo ou em situação que se considere de risco, que sejam residentes no território nacional, bem como a promoção de um

“acompanhamento integrado e o acesso a uma habitação digna, que contribua para a melhoria das condições de vida dos AC, com respeito pelos direitos humanos e a dignidade humana. (...) para além de promover a adoção de medidas de apoio que contribuam para diminuir e, se possível, erradicar as situações de sem-abrigo entre os AC, pretende também atuar preventivamente, na ocorrência de novas situações.” (Relatório de Implementação do Estatuto do Antigo Combatente, 2022, p. 37).

A (re)integração destas pessoas, na sociedade portuguesa, tem sido um desafio contínuo. Muitos dos Antigos Combatentes portadores de deficiência, sentem-se marginalizados e esquecidos. A sociedade, por vezes, tem dificuldade em confrontar a realidade destas cicatrizes de guerra, resultando num reconhecimento insuficiente e em apoios inadequados para aqueles que se sacrificaram tanto pelo país.

Muitas vezes “é-lhes colocada uma etiqueta, um carimbo, que os caracteriza e

identifica negativamente. Esta etiquetagem é fruto de uma construção social, quantas vezes injusta, arbitrária, generalista e, quase sempre, elaborada com pouco ou nenhum conhecimento da realidade” (Camões, 2019, p.16).

O impacto do teatro de guerra nos Antigos Combatentes, é um assunto importante que exige uma abordagem multifacetada. Para além do apoio médico e psicológico necessário, é necessário também que haja uma compreensão e reconhecimento social das dificuldades enfrentadas por estas pessoas. Programas de reabilitação, políticas de emprego inclusivas, e suporte contínuo para as famílias são medidas cruciais que podem ajudar a aliviar o peso do trauma de guerra.

Os efeitos devastadores da guerra nos Antigos Combatentes portugueses são uma realidade incontornável. As marcas físicas e emocionais destes conflitos exigem atenção e apoio contínuos da sociedade e do Estado. Reconhecer os sacrifícios feitos e oferecer suporte adequado ajuda-os a reconstruir as suas vidas e permite que as futuras gerações compreendam o verdadeiro custo da guerra. É essencial promover uma cultura de empatia e respeito, garantindo que os Antigos Combatentes recebam o apoio e a dignidade que merecem, evitando a marginalização e combatendo o estigma.

### 2.3. Vulnerabilidade e Direitos Humanos dos Antigos Combatentes

A vulnerabilidade humana é um aspeto basilar que permeia a discussão sobre direitos humanos, evidenciando a necessidade de proteção e promoção da dignidade de todos as pessoas, especialmente das que se encontram em situação de risco.

Pode ser entendida como um fenómeno que se manifesta pela perda de identidade pessoal e pela quebra de laços sociais (Camões, 2019). A perda de identidade pessoal ocorre quando a pessoa deixa de reconhecer ou de afirmar aquilo que a define, seja nas suas crenças, valores ou características únicas. Este processo pode levar à sensação de desorientação e alienação, comprometendo a sua noção de quem é. Por outro lado, a quebra de laços sociais, ou seja, ao enfraquecimento ou à rutura das relações que a pessoa mantém com outros, como família, amigos ou com a comunidade em geral.

Este conceito sustenta o sentimento de pertença e segurança, e quando são

quebradas ou enfraquecidas, a pessoa pode sentir-se isolada, aumentando o seu estado de vulnerabilidade, que surge antropológicamente, tanto no nível pessoal quanto social, afetando profundamente o bem-estar das pessoas. Esta ideia torna-se particularmente relevante no caso dos Antigos Combatentes, que, após se dedicarem a conflitos armados, frequentemente enfrentam desafios significativos ao regressar à sociedade. A vulnerabilidade dos Antigos Combatentes reforça a importância de garantir os direitos humanos, fundamentais para a sua reintegração e dignidade na sociedade.

Os direitos humanos são privilégios universais que pertencem a todas as pessoas e que garantem a dignidade e a cidadania sem discriminação de qualquer tipo, como gênero, nacionalidade ou religião. Esses direitos, que incluem o direito à vida, alimentação, educação, trabalho e saúde, não podem ser limitados ou retirados, devem ser assegurados de forma inequívoca.

Reconhecidos internacionalmente e codificados em documentos legais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, surgiram como resposta às atrocidades da II Guerra Mundial. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, a DUDH foi elaborada por representantes de diversas origens políticas, sociais e culturais, e é considerada um documento essencial na história dos direitos humanos. O respeito por estes direitos é crucial para a paz e o desenvolvimento humano sustentável.

Como apontado por Calixto e Carvalho (2020), os direitos humanos surgiram ao longo da história como uma resposta a períodos de crises e conflitos, e à constante luta para que fossem reconhecidos e protegidos. Este processo não foi simples nem contínuo, com avanços e recuos ao longo do tempo. Embora hoje existam tratados e normas internacionais para impedir abusos e garantir que os governos nacionais respeitem esses direitos, isso não significa que estejam sempre completamente assegurados. As leis internacionais são uma forma de pressionar os Estados a alinhar as suas políticas com os princípios universais de proteção dos direitos humanos, mas a sua implementação nem sempre é perfeita.

A proteção dos direitos humanos em contextos de conflitos armados foi abordada na Resolução XXIII da Conferência Internacional dos Direitos Humanos, adotada em Teerão em 1968. Nela, os Estados signatários das convenções internacionais existentes

foram responsabilizados por garantir o respeito às normas humanitárias, mesmo quando não estivessem diretamente envolvidos num conflito. Contudo, a implementação do princípio humanitário nem sempre foi universal. A questão dos direitos humanos está profundamente ligada à vulnerabilidade, especialmente para aqueles em situações de risco, como é o caso dos Antigos Combatentes. Ao retornarem às suas comunidades, frequentemente enfrentam o estigma da guerra. Essa fragilidade é intensificada pelo preconceito associado à sua experiência em conflitos armados, gerando uma percepção negativa e desvalorizadora destas pessoas, o que resulta na sua exclusão social.

O estigma resulta da interpretação social das diferenças e não de uma qualidade objetiva da pessoa (Goffman, 1963), no entanto é muitas “encarado como algo negativo, depreciativo” (Camões, 2019, p.22) o que pode resultar em discriminação e exclusão social. Esta última é entendida como o oposto da inclusão, que é vista como um modelo social autêntico e humano (Carvalho e Baptista, 2004). A exclusão pode levar a situações de carência, escassez de meios ou, de forma mais abrangente, à falta de direitos cívicos.

A falta de direitos cívicos refere-se ao envolvimento total das pessoas na comunidade, considerando aspetos como o ambiente, a cultura, a economia, a política e as relações sociais. Para os Antigos Combatentes, os direitos humanos, que visam garantir dignidade, liberdade e igualdade, adquirem uma importância ainda mais premente, uma vez que muitos não recebem o apoio necessário após o cumprimento das suas obrigações militares.

Torna-se claro que a ligação entre vulnerabilidade, estigma e direitos humanos é uma questão urgente. A sociedade deve reconhecer a importância de proteger os direitos humanos, especialmente para grupos em risco.

A promoção de políticas inclusivas e a sensibilização sobre a vulnerabilidade e o estigma são fundamentais para garantir que todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito, sem discriminação. Só valorizando a dignidade humana e promovendo a inclusão social se poderão construir comunidades mais justas e equitativas, onde todos possam exercer plenamente os seus direitos e participar ativamente na vida social.

## **Capítulo III:**

### **Reintegração, Desenvolvimento e Vulnerabilidades**

#### **3.1. A Reintegração dos Antigos Combatentes na Sociedade Pós-conflito**

A reintegração dos Antigos Combatentes na sociedade pós-conflito é um processo complexo que envolve a superação de múltiplos desafios e a identificação de oportunidades que possam facilitar a sua adaptação a uma vida civil.

O estigma social, é um dos desafios que os Antigos Combatentes enfrentam. Por vezes, injustamente, são associados a comportamentos violentos ou à glorificação da guerra e a sociedade vê estas pessoas com desconfiança, o que pode resultar em discriminação e marginalização. Esta realidade afeta a perceção pública dos Antigos Combatentes, como também contribui para o seu isolamento social, dificultando a formação de novas relações interpessoais e a integração nas comunidades. Esta questão exige mais compreensão e apoio da sociedade.

A insuficiência de apoio institucional e a fragilidade das políticas públicas são também desafios críticos enfrentados pelos Antigos Combatentes. Embora existam alguns serviços disponíveis, o acesso a cuidados de saúde, especialmente no campo psicológico, continua limitado e muitas vezes inadequado para tratar os traumas derivados das suas experiências de combate. Este apoio escasso deixa muitas dessas pessoas a lutar contra dificuldades emocionais e psicológicas, o que pode agravar problemas como a depressão e a ansiedade. A falta de políticas públicas eficazes que respondam às suas necessidades específicas agrava a sua reintegração na sociedade, aumentando a vulnerabilidade desta gente.

A reintegração na vida civil é outro desafio. A falta de uma reintegração bem-sucedida, segundo o 228º artigo do relatório “Our Shared Responsibility” (NAÇÕES UNIDAS, 2004), “resultará em desemprego juvenil e alimentará o desenvolvimento de gangues criminosos e violência, levando, em última instância, a um retrocesso ao conflito.” Esta transição pode ser especialmente difícil para aqueles que estiveram em combate por longos períodos e, ao regressar, encontram uma sociedade que mudou de forma significativa na sua ausência. As dificuldades de readaptação podem incluir a

gestão de novas relações sociais, a procura de emprego e o regresso à vida familiar, que muitas vezes também se alterou durante o tempo em que estiveram afastados.

Apesar destes desafios, existem também oportunidades que podem ser exploradas para facilitar a reintegração dos Antigos Combatentes. O Suplemento para Uma Agenda para a Paz (NAÇÕES UNIDAS, 1995) refere, nos artigos 20.º e 21.º do capítulo “D”, que a ONU passou a focar-se mais na reintegração de Antigos Combatentes como parte das suas operações de paz. Com esta mudança, uma abordagem centrada na capacitação e no apoio social pode ajudar a criar um ambiente propício para que os Antigos Combatentes possam reconstruir as suas vidas de forma digna e uma participação ativa na sociedade.

Observamos que a reintegração dos Antigos Combatentes na sociedade pós-conflito é um processo complexo que enfrenta desafios significativos. No entanto, existem também oportunidades que podem ser exploradas para facilitar esta transição, nomeadamente através de políticas públicas eficazes e iniciativas de capacitação social, que oferecem caminhos promissores.

Consideramos que a implementação de políticas públicas eficazes e iniciativas sociais que abordem as necessidades específicas dos Antigos Combatentes, são exemplos que podem garantir que estas pessoas recebam o apoio necessário para reconstruir as suas vidas de forma digna e plena. A promoção da inclusão social e a sensibilização da sociedade sobre a situação dos Antigos Combatentes são passos essenciais para garantir que não sejam esquecidos e que possam contribuir positivamente para as suas comunidades.

É fundamental que a sociedade reconheça e valorize a experiência dos Antigos Combatentes, promovendo uma cultura de compreensão e inclusão. O investimento em programas de apoio e reintegração, não ajudam apenas estas pessoas a reconstruírem as suas vidas, mas também fortalecem a coesão social e a paz duradoura nas nossas comunidades. Assim, a construção de um futuro mais inclusivo e harmonioso depende do compromisso coletivo em acolher e apoiar aqueles que serviram em nome da paz.

### 3.2. Desenvolvimento Pessoal e Social dos Antigos Combatentes

Falar de desenvolvimento pessoal e social é falar de um processo contínuo que envolve a melhoria das competências pessoais e a construção de relações saudáveis e significativas com os outros.

Para Lopes e Vicente (2014), trata-se de um processo de autoconhecimento e valorização das próprias capacidades, além da capacidade de tomar decisões. Este desenvolvimento é essencial para promover a inclusão social e o exercício da cidadania, bem como para garantir a igualdade e a coesão social. É importante cultivar competências pessoais que contribuam para uma participação ativa e igualitária na sociedade.

O desenvolvimento pessoal evidencia a formação e a consolidação das competências individuais, como a empatia, a comunicação e a resolução de conflitos, que são cruciais para a interação social. Já o desenvolvimento social refere-se à construção e à conservação dos laços sociais, que são fundamentais para a coesão e a solidariedade entre os indivíduos numa comunidade.

Quando falamos de Antigos Combatentes, o desenvolvimento pessoal e social assume uma dimensão particular, pois estas pessoas enfrentam desafios únicos decorrentes das suas experiências. A transição do papel de Combatente para a vida civil pode ser complexa, e isso impacta diretamente o seu desenvolvimento pessoal e social. É neste contexto, onde as transformações sociais promovem o individualismo e a desconfiança - elementos que debilitam as ligações sociais - que devemos valorizar cada vez mais os laços sociais.

O conceito de laço social, como sublinhado por Leandro (2011), refere-se ao conjunto de elementos que unem as pessoas, manifestando-se nas relações familiares, amizades, vizinhança e interações em grupos. Esses laços não se limitam ao âmbito pessoal; abarcam também a solidariedade a nível nacional, com normas e valores comuns que promovem um sentido de pertença coletiva.

É urgente reconhecer a necessidade de uma constante reinvenção dos laços que sustentam a coesão social. Baptista (2009, p. 3) enfatiza esta questão ao afirmar que “é

imprescindível compreender que os laços que tecem a coesão social carecem de reinvenção permanente”. Numa sociedade cada vez mais segregativa, não basta apenas “proteger”, “regular” ou “socorrer”; é necessário implementar dinâmicas de mediação humana que fortaleçam os laços existentes e se criem novos.

Investir no autoconhecimento e nas relações interpessoais é, assim, uma estratégia que não só beneficia o bem-estar individual, mas também contribui para a coesão social e para a melhoria da sociedade. Através da solidariedade e da construção de laços sociais, podemos enfrentar os desafios da contemporaneidade e trabalhar em prol de um futuro mais integrado e coeso.

A criação de vínculos fortes com outras pessoas e grupos pode proporcionar um suporte emocional essencial. O sentimento de pertença, que resulta dessas relações, é vital para a construção da identidade. Para os Antigos Combatentes, sentirem-se parte de uma comunidade que os aceita e apoia é decisivo para a recuperação da sua dignidade e autoestima. Este sentimento de pertença não só promove um ambiente propício ao crescimento pessoal, como também os encoraja a assumir papéis ativos na sociedade.

Os Antigos Combatentes precisam de apoio e de ambientes que promovam a coesão e a solidariedade. A reintegração bem-sucedida depende não apenas do apoio individual, mas também de uma estrutura social que acolha e valorize os seus contributos e experiências.

Assim, o desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes é um processo que exige uma abordagem holística, que inclua suporte psicológico, formação profissional, e oportunidades para a construção de laços sociais significativos. Ao promover um ambiente de acolhimento e compreensão, a sociedade pode facilitar a transição desses indivíduos e garantir que se sintam valorizados e integrados na comunidade.

### 3.3. Necessidades de Apoio dos Antigos Combatentes

Os Antigos Combatentes são uma parte valiosa da nossa sociedade, merecendo respeito e reconhecimento pelos sacrifícios que fizeram. Para garantir uma reintegração bem-sucedida na vida civil, é necessário proporcionar o apoio adequado em diversas áreas. A saúde mental é uma dessas necessidades.

Segundo o Serviço Nacional de Saúde (SNS24), “A saúde mental é a base do bem-estar geral e diz respeito a um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de uma doença mental.”<sup>1</sup>. Assim, quando falamos de saúde mental, referimo-nos a um estado de bem-estar emocional, psicológico e social. A saúde mental afeta a forma como pensamos, sentimos e agimos em diferentes situações da vida. Inclui a capacidade de lidar com o stress, trabalhar de forma produtiva e contribuir para a comunidade. Discutimos também os transtornos mentais, que são condições que impactam o humor, o pensamento e o comportamento, como a depressão, a ansiedade, o transtorno bipolar e a esquizofrenia.

São vários os fatores que influenciam a saúde mental, como a genética, o ambiente social, as experiências de vida (incluindo traumas ou abusos), o stress e as condições de vida, como é o caso dos Antigos Combatentes. Estas pessoas necessitam de acesso a serviços de saúde mental, como terapia e grupos de apoio, que os ajudem a lidar com as experiências vividas durante o serviço militar. Falamos de serviços fundamentais para a promoção do bem-estar emocional e da adaptação à vida após o serviço.

Muitas vezes, existem estigmas associados aos problemas de saúde mental, tornando a conscientização e a educação essenciais para reduzir o preconceito e ajudar as pessoas a procurarem ajuda. É igualmente importante conhecer os recursos disponíveis, como terapeutas, grupos de apoio e serviços de saúde mental, que podem oferecer assistência a quem precisa. Deve ser tratada com a mesma seriedade que a saúde física, pois o cuidado e a atenção a esta área podem promover um maior bem-estar e qualidade de vida.

A saúde física, é outra necessidade, e diz respeito ao estado geral do corpo e à

---

<sup>1</sup> Consultado a 11/10/2024 em: <https://www.sns24.gov.pt/tema/saude-mental/>

capacidade de realizar atividades diárias sem limitações. Este conceito abrange a força muscular, a resistência cardiovascular, a flexibilidade e a composição corporal. No contexto dos Antigos Combatentes, o acesso a serviços de saúde adequados, como a fisioterapia, a nutrição e as atividades físicas adaptadas, são fatores decisivos para que os mesmos possam melhorar a sua qualidade de vida.

A promoção de hábitos saudáveis, como a prática de exercício físico, uma alimentação equilibrada, um sono adequado e técnicas de relaxamento, é fundamental para manter a saúde mental e física.

Continuando a evidenciar necessidades, temos a reintegração profissional. No caso dos Antigos Combatentes é um processo que requer um esforço conjunto entre o governo, a sociedade civil e as empresas. É necessário valorizar as suas experiências e as suas competências, para acreditarem que podem contribuir positivamente para a comunidade e para o desenvolvimento do país. É de igual modo importante pensar em programas de educação e capacitação profissional de modo a aumentar a sua autoconfiança, proporcionar novas oportunidades e promover o desenvolvimento de carreiras compatíveis com as suas capacidades e interesses.

Atividades comunitárias, programas de voluntariado e redes de apoio são instrumentos valiosos para criar um sentido de pertença e reforçar os laços sociais dos Antigos Combatentes, ajudando-os a participar ativamente na vida em sociedade ao mesmo tempo que promovem uma reintegração social saudável.

O apoio aos Antigos Combatentes deve ser abordado de forma holística, de modo a responder às suas necessidades. É fundamental garantir o acesso a serviços de qualidade e a oportunidades que facilitem a sua plena reintegração na sociedade.

## **Conclusão**

O presente estudo, fornece um pressuposto teórico que permite compreender as interligações entre a Pedagogia Social, Educação Social e Desenvolvimento Humano, e qual a sua implicação na prática da intervenção com grupos vulneráveis, como os Antigos Combatentes. A análise dos conceitos e das teorias de diversos autores ajudam a fundamentar a relevância da Pedagogia Social enquanto disciplina que não transmite apenas conhecimentos, mas que promove o desenvolvimento, de forma íntegra, das pessoas em contextos das suas interações sociais.

É ainda, destacada a importância do Educador Social naquilo que diz respeito à promoção do desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes, de forma a reconhecer o trabalho educativo e social como um contributo significativo para o bem-estar e integração destas mesmas pessoas. Reforçamos também, o papel crucial da educação não formal e das práticas sociopedagógicas nas necessidades cognitivas, emocionais, sociais, éticas e que criam um ambiente inclusivo e de apoio. Acreditamos que, o Educador Social é essencial para responder às necessidades de um grupo tão vulnerável, que muitas vezes, vive à margem de apoios sociais, emocionais, entre outros.

Por fim, este estudo evidencia o potencial e os desafios inerentes à implementação de práticas educativas e sociais junto dos Antigos Combatentes voltada para o desenvolvimento completo deste público-alvo. Sentimos que, esta investigação contribui para uma compreensão mais profunda das práticas de intervenção com públicos em situação de vulnerabilidade e a sua importância para uma abordagem centrada no desenvolvimento humano de cada pessoa e na criação de uma sociedade que se distinga por ser mais justa e mais inclusiva.

**II PARTE**

**ESTUDO EMPÍRICO**

## **Introdução**

Na segunda parte deste estudo apresentamos a justificação metodológica que orienta esta investigação sobre o papel do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes. Através de uma abordagem qualitativa, discutimos a importância de compreender as perceções dos diferentes intervenientes, bem como a relevância das práticas sociopedagógicas que são implementadas nas instituições que apoiam este grupo vulnerável. Estabelecemos três objetivos gerais que guiarão a nossa análise: identificar e caracterizar as instituições de apoio, analisar as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas e examinar as perceções dos intervenientes sobre a intervenção do Educador Social.

No Capítulo II, “Contextualização da Pesquisa”, destacamos as políticas públicas e os apoios institucionais direcionados aos Antigos Combatentes em Portugal. A análise deste contexto é crucial, uma vez que as políticas governamentais e as iniciativas sociais estabelecem as bases para o suporte a estes indivíduos, reconhecendo as suas necessidades específicas e promovendo a sua reintegração na sociedade. Serão abordadas as medidas implementadas pelo Estado, bem como o papel das instituições que operam neste âmbito, incluindo associações de Antigos Combatentes e organizações não governamentais.

No Capítulo III, “Análise e Discussão de Dados”, os dados recolhidos foram analisados e interpretados de acordo com os critérios definidos. Abordamos a identificação e caracterização das instituições de Antigos Combatentes, destacando os diferentes tipos de apoios disponíveis e as necessidades específicas dessas pessoas, focamo-nos na análise das práticas sociopedagógicas adotadas pelas equipas técnicas das instituições de Antigos Combatentes e exploramos as perceções dos diversos atores envolvidos sobre a intervenção e contribuição do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes.

Ao longo desta segunda parte, mantivemos um compromisso rigoroso com os princípios éticos e metodológicos estabelecidos no estudo, assegurando uma abordagem responsável e respeitosa para com todos. O respeito pela dignidade humana, a confidencialidade e a transparência foram valores orientadores na análise e discussão dos dados.

## **Capítulo I:**

### **Justificação metodológica**

#### 1.1. Questão e Objetivo de Investigação

Tendo em conta a nossa preocupação de investigação e a questão que a orienta – Qual o papel do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes e como é percecionado pelos diferentes intervenientes envolvidos nesse processo? – definimos, para o nosso estudo empírico, três objetivos gerais que apresentamos a seguir:

- a) Identificar e caracterizar as instituições de Antigos Combatentes que têm equipas de apoio ao seu desenvolvimento pessoal e social;
- b) Identificar e analisar as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes.
- c) Identificar e analisar as perceções dos diferentes atores envolvidos sobre a intervenção e contribuição do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes.

Para efeitos de análise e discussão dos dados, estes objetivos foram utilizados como categorias principais, de acordo com os significados que emergiram durante o processo de pesquisa, conforme será detalhado mais adiante.

#### 1.2. Estratégia de Desenvolvimento

Segundo João Amado (2017), a investigação qualitativa requer que o investigador tenha determinadas qualidades, como humildade, capacidade de ouvir e aprender com os participantes, e uma atitude crítica em relação a questões éticas, técnicas e epistemológicas. O mesmo autor refere ainda que o estudo das realidades sociais evidencia, a forma como as pessoas percebem e vivenciam as suas experiências, bem como as interpretações que fazem dessas vivências e o impacto que estas têm nas suas vidas.

Assim, em alinhamento com as qualidades essenciais destacadas por João Amado, e com base nos objetivos atrás enunciados, a nossa opção metodológica, para o estudo empírico, baseia-se numa metodologia de natureza qualitativa, integrada num paradigma interpretativo e apoiada numa metodologia de proximidade, valorizando as experiências e perceções das pessoas, sustentada por um quadro teórico orientado pela Pedagogia Social, reconhecida como uma área relevante das Ciências da Educação. De forma a sustentar toda a eficácia da metodologia supracitada foram utilizadas técnicas como a análise documental e inquirição de atores.

Relativamente à análise documental, servimo-nos de diversos documentos, que passamos apresentar:

Relatório “Our Shared Responsibility”.

Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI – Educação um Tesouro a Descobrir.

Relatório de Implementação do Estatuto do Antigo Combatente.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Diário da República. (1999). *Decreto-Lei n.º 503/1999, de 20 de novembro.*

Diário da República. (1999). *Portaria n.º 87/1999, de 30 de janeiro.*

Diário da República. (2002). *Lei n.º 9/2002, de 11 de janeiro.*

Diário da República. (2009). *Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro.*

Diário da República. (2020). *Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto.*

Diário da República. (2024). *Decreto-Lei n.º 61/2024, de 30 de setembro.*

Para atender aos pontos essenciais do nosso estudo, especialmente por envolver um grupo vulnerável de Antigos Combatentes da Guerra do Ultramar, não podemos deixar de abordar as questões éticas, que são parte integrante da investigação científica. Para isso, recorreremos à Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE, 2020), que destaca que a relação com os participantes deve ser pautada pelo respeito à dignidade de cada indivíduo, reconhecendo-o como um ser humano único, inserido em comunidades e grupos sociais com os quais mantém relações de interdependência.

Assim, nesta investigação, foram cumpridos todos os procedimentos éticos necessários, nomeadamente a obtenção do Consentimento Livre e Informado e a anonimização dos dados, conforme previsto na Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE, 2020). Além disso, foi dada particular atenção ao bem-estar e à integridade de todas as pessoas envolvidas, incluindo os investigadores. Importa destacar que estes princípios estão em plena consonância com os valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e das diversas Convenções das Nações Unidas sobre a proteção e promoção dos direitos universais, tal como indicado no mesmo documento (SPCE, 2020).

Com referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, destaca-se, para esta investigação em particular, o Artigo 19.º, que afirma que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.” Este princípio é fundamental para assegurar que todos os participantes possam expressar-se livremente ao longo do processo de investigação, garantindo o respeito pelas suas opiniões e direitos.

Congregando estes dois documentos e após a reflexão, verifica-se que esta investigação foi pautada por valores éticos e pedagógicos como o serviço, a escuta, a confiança e o reconhecimento, enquadrados em três atitudes que consideramos essenciais na relação com o ser humano: o reconhecimento no ato de reconhecer, no ato de apreciar e no ato de agradecer.

### 1.3. Critérios de Análise e Discussão de Dados

Conforme já referido, estamos perante um estudo que emprega uma metodologia qualitativa. Através desta abordagem os “objectos deixam de ser encarados como algo que «existe lá fora» à espera de ser descoberto pelos investigadores através dos seus métodos, passando a ser entendidos como construídos pelo próprio processo de produção de conhecimento” (Machado, 2001 in Fonseca, 2010).

Segundo Haguette (1992), este método permite uma análise mais profunda dos fenómenos sociais, destacando a importância do aspeto subjetivo das ações em comparação com as estruturas sociais. Além disso, reconhece que a estatística não consegue abordar a complexidade e a singularidade desses fenómenos.

Para o processamento de dados, os objetivos do estudo atuam como categorias de análise. Esses objetivos foram sujeitos a uma análise de conteúdo, que se concentra na aplicação de métodos técnicos, permitindo a construção de uma interpretação isenta, que não se fundamenta nos valores e representações do próprio investigador (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Para se dar resposta ao objetivo – *Identificar e caracterizar as instituições de Antigos Combatentes que têm equipas de apoio ao seu desenvolvimento pessoal e social* – recorreu-se à pesquisa documental em fontes secundárias. Este método implicou a utilização de dados e informação já existente nas páginas da internet das associações e nos documentos disponibilizados nas mesmas. Esta técnica permitiu o acesso a informações como: nome da associação, ano de fundação, localização, objetivo da associação e serviços/atividades realizadas. Ao recorrermos a esta técnica de recolha não foi necessária a interação direta com os membros. Após a identificação dos serviços/atividades realizados por cada instituição, procedeu-se à categorização do tipo de serviços/atividades, de modo a obter-se uma visão alargada das valências destas associações.

Para se dar respostas aos objetivos – *Identificar e analisar as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes*, e – *Identificar e analisar as perceções dos diferentes atores envolvidos sobre a intervenção e contribuição do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos*

*Combatentes* –, recorreremos a três técnicas distintas aplicadas a diferentes atores: Ministério da Defesa Nacional (nível macro); associações de Antigos Combatentes (nível meso); e a Antigos Combatentes (nível micro).

Para obtermos a percepção do Ministério da Defesa Nacional aplicamos um questionário semiaberto (ANEXO I) que permitiu identificar os principais serviços oferecidos e recomendados pelo ministério aos Antigos Combatentes, bem como apurar a percepção face ao papel do Educador Social nesses serviços.

Para recolher dados e percepções de associações de Antigos Combatentes, utilizou-se um questionário semifechado (ANEXO II), que permite a obtenção de informações tanto quantitativas quanto qualitativas. Através do questionário, foram recolhidos dados específicos sobre as associações, incluindo informações sobre a entidade, localidade, tempo de atuação, existência de protocolos com o Ministério da Defesa, regularidade de funcionamento, número de associados, tipo de acompanhamento oferecido, existência de um quadro técnico, número de profissionais no quadro técnico, formação e anos de experiência dos profissionais, além do número de profissionais sociais e suas funções específicas.

Esses dados foram posteriormente tratados e organizados com métodos estatísticos descritivos simples para as variáveis quantitativas, permitindo a análise da distribuição e características gerais das associações, enquanto as respostas qualitativas foram analisadas por meio de categorização temática, possibilitando uma compreensão mais detalhada dos tipos de apoio e serviços oferecidos pelas associações aos Antigos Combatentes.

Ainda no que se refere ao alcance do segundo e do terceiro objetivo desta investigação, para recolher e obter dados com uma compreensão aprofundada, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (ANEXO III), diretamente aos participantes Antigos Combatentes.

As entrevistas presenciais com três Antigos Combatentes, procuraram compreender e escutar as suas vivências e opiniões acerca do trabalho realizado pelos Educadores Sociais. Uma das entrevistas foi realizada na residência do participante, enquanto as outras duas entrevistas decorreram na sede da associação onde estes Antigos

Combatentes são sócios.

Aproximadamente, cada entrevista teve a duração de 1h30min, permitindo explorar temas em profundidade e que o participante se sentisse em ambiente confortável e que este se sentisse acima de tudo escutado, compreendido e respeitado pelo tempo que entendia precisar para explorar cada assunto que foi solicitado. As entrevistas foram explicadas aos participantes, tendo sido obtido os seus consentimentos informados.

Para a análise das entrevistas realizadas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, que possibilitou uma interpretação sistemática e objetiva dos dados qualitativos. Inicialmente, as entrevistas foram transcritas integralmente e, em seguida, submetidas a um processo de leitura flutuante para uma compreensão inicial dos discursos. Posteriormente, realizou-se a codificação dos dados, identificando temas e categorias relevantes para os objetivos do estudo, como as práticas sociopedagógicas observadas e as percepções sobre o papel do Educador Social. As categorias foram refinadas e organizadas em unidades de análise, permitindo identificar padrões e significados nos relatos dos Antigos Combatentes. Esse processo garantiu uma análise profunda das narrativas, evidenciando aspetos essenciais sobre as suas experiências e visões, no que se refere ao apoio recebido e à contribuição para seu desenvolvimento pessoal e social.

A metodologia aplicada neste estudo revelou-se objetiva e abrangente, pois combina diferentes técnicas de recolha de dados que possibilitaram uma análise profunda e multifacetada dos objetivos propostos. A pesquisa documental realizada para o primeiro objetivo permitiu identificar e caracterizar as instituições de Antigos Combatentes com um levantamento preciso e detalhado de fontes documentais, oferecendo uma visão geral fundamentada sobre a existência e o perfil dessas instituições. Para os objetivos seguintes, a utilização de entrevistas com Antigos Combatentes, acrescida da aplicação de questionários tanto ao Ministério da Defesa quanto às próprias instituições, agregou múltiplas perspetivas e ampliou a compreensão sobre as práticas sociopedagógicas e a contribuição dos Educadores Sociais.

Esta abordagem metodológica através de diferentes técnicas e da inquirição de diferentes atores, a diferentes níveis, permitiu cruzar e complementar informações, favorecendo uma análise mais sólida sobre a realidade de intervenção social e sobre as

percepções dos diversos envolvidos, conferindo ao estudo uma profundidade analítica que aumentou a validade e a compreensão dos fenómenos observados.

## **Capítulo II:**

### **Contextualização da Pesquisa**

#### 2.1. Políticas Públicas e Apoios Institucionais aos Antigos Combatentes

Em Portugal, as políticas públicas e apoios institucionais aos Antigos Combatentes têm evoluído para responder às suas necessidades específicas, especialmente após o término da Guerra Colonial. O Estado Português implementou várias medidas para apoiar estas pessoas, com destaque para os cuidados de saúde específicos destinados a tratar traumas físicos e psicológicos resultantes da participação em conflitos armados. Os serviços de saúde mental são particularmente importantes para abordar questões como stress pós-traumático, depressão e ansiedade.

Além dos cuidados de saúde, os Antigos Combatentes têm direito a pensões e benefícios sociais, e habitacionais para aqueles se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco de exclusão social, de modo a compensar os sacrifícios feitos durante o serviço militar e facilitar a sua reintegração na vida civil. Existem também programas de formação profissional e apoio ao emprego, que ajudam os Antigos Combatentes a adquirir novas competências, encontrar emprego ou criar o seu próprio negócio, como por exemplo o “Programa Defesa Empreende”, uma iniciativa que pretende incentivar o empreendedorismo entre ex-militares e militares do Regime de Contrato (RC), especialmente durante a transição para a vida civil, e o “Defesa Qualifica +” que é uma iniciativa do Ministério da Defesa Nacional que tem como objetivo oferecer apoio aos militares e ex-militares para a obtenção ou conclusão de ciclos de estudos superiores, incluindo Cursos Técnicos Superiores Profissionais, Licenciaturas, Mestrados ou Mestrados Integrados, bem como facilitar o acesso a várias instituições de Ensino Superior com condições mais favoráveis.

É com a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que se estabelece o Estatuto do Antigo Combatente e realiza-se alterações em várias legislações relacionadas com os direitos dos Antigos Combatentes em Portugal. O principal objetivo da lei é aprovar o Estatuto, que define o enquadramento jurídico para os militares que serviram Portugal em contextos específicos, como em territórios de África e Timor-Leste. Além disso, a lei sistematiza e

reconhece direitos sociais e económicos para essas pessoas e cria uma unidade técnica responsável pela coordenação e implementação do Estatuto.

A mesma lei introduz a sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, ajustando o regime jurídico dos acidentes em serviço e doenças profissionais para os militares da Administração Pública. Também altera a Lei n.º 9/2002, que trata dos períodos de serviço militar para fins de aposentação, e a Lei n.º 3/2009, que regula os efeitos dos períodos de serviço militar na atribuição de benefícios.

Assim, o Estatuto do Antigo Combatente, aprovado por esta lei, inclui várias disposições, como o reconhecimento público dos Antigos Combatentes em cerimónias e atos oficiais. Estabelece a emissão de um cartão de Antigo Combatente para facilitar a interação com a Administração Pública e a criação de uma insígnia nacional que pode ser usada em traje civil ou uniforme. Além disso, a lei garante direitos a benefícios como preferência na habitação social e isenção de taxas moderadoras e, conforme aditamento Decreto-Lei 61/2024 de 30 de Setembro, a comparticipação de medicamentos no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Outras medidas incluem a criação de um Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar para apoiar aqueles que sofreram stress pós-traumático e a implementação de um plano de apoio social para Antigos Combatentes em situação de sem-abrigo. A lei também assegura a gratuidade de transportes públicos e a entrada em museus e monumentos nacionais, além de garantir honras fúnebres dignas e a manutenção de cemitérios de Antigos Combatentes.

Em Portugal já são várias instituições e organizações que prestam apoio aos Antigos Combatentes, que atuam em diversas frentes, incluindo a reabilitação física, o apoio psicológico para lidar com traumas de guerra e a assistência jurídica para facilitar o acesso aos direitos. Apesar dos avanços, ainda existem desafios como a burocracia e o estigma social, sendo necessário sensibilizar a sociedade sobre o valor dos Antigos Combatentes e melhorar os sistemas de suporte para garantir a sua plena integração na vida civil. No entanto, notamos que as instituições de suporte são indispensáveis na sociedade portuguesa, garantindo cuidados e apoio para a (re)integração dos Antigos Combatentes na vida civil.

## 2.2. Instituições de Apoio a Antigos Combatentes

Como mencionado no ponto anterior, existem diversas instituições e organizações em Portugal que proporcionam apoio adicional aos Antigos Combatentes. Neste estudo, foram identificadas 20 dessas instituições, localizadas em várias regiões de Portugal Continental e nas Ilhas.

É importante notar que pode haver a possibilidade de existir a ausência de algumas instituições, devido à falta de informação disponível, que possa responder a determinadas necessidades dos Antigos Combatentes. Muitas dessas organizações foram criadas de forma associativa, frequentemente sem apoios municipais ou protocolos com o Ministério da Defesa Nacional, e por vezes sobrevivem graças ao voluntariado de Antigos Combatentes que ainda dispõem de saúde mental, física, emocional e social adequada para apoiar ou ajudar os seus camaradas que necessitam.

Na Tabela 1, apresentamos as instituições, juntamente com o ano de fundação, a localização da sede, o seu objetivo principal e os serviços prestados a este público-alvo.

**Tabela 1** - Instituições e Apoios aos Antigos Combatentes em Portugal

<b>Instituição</b>	<b>Ano de Fundação/ Sede</b>	<b>Objetivo Principal</b>	<b>Serviços/ Atividades</b>
<b>Liga dos Combatentes</b>	1923 Lisboa	Apoiar os Veteranos da Primeira Guerra Mundial e as suas famílias, como as viúvas e os órfãos. Com o passar dos anos, a associação ampliou a sua missão para incluir todos os Antigos Combatentes Portugueses, independentemente do conflito em que tenham participado. Os principais objetivos da Liga incluem: - Promover o amor à Pátria e os símbolos nacionais. - Proteger e apoiar os Antigos Combatentes. - Colaborar com entidades públicas para ajudar os Antigos Combatentes. - Desenvolver atividades culturais e	O programa oferece apoio social e psicológico, assistência jurídica, cuidados de saúde, promoção da memória histórica e programas de reintegração.

		educacionais que beneficiem os veteranos e o país.	
<b>Associação Nacional Prisioneiros de Guerra (ANPG)</b>	2002 Entroncamento Esta associação pertence agora à Liga dos Combatentes sendo assim um dos seus Núcleos.	Esta associação foi criada com o objetivo de apoiar Antigos Combatentes que foram capturados e mantidos como prisioneiros de guerra, particularmente no contexto das guerras coloniais. Esta associação tem uma missão de solidariedade, ajudando estes veteranos e as suas famílias a lidar com as consequências físicas, psicológicas e emocionais resultantes dessa experiência	Promoção de atividades que reconhecem o papel histórico dos ex-prisioneiros e apoio às suas famílias, com assistência na reintegração e bem-estar.
<b>Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA)</b>	1992 Lisboa	Dedica-se à defesa dos direitos e interesses socioprofissionais dos oficiais das Forças Armadas portuguesas.	Defesa dos direitos socioprofissionais, assistência jurídica, apoio em carreiras, consultoria política e organização de iniciativas para discutir questões que impactam os oficiais, assegurando a sua atuação no cenário político e militar de Portugal.
<b>Associação de Comandos</b>	1986 Lisboa	Tem como objetivo uma fraternidade entre Antigos Combatentes Comandos.	O programa oferece apoio social, organiza eventos de camaradagem e promove a história das Forças Especiais.
<b>Associação Combatentes do Ultramar Português (ACUP)</b>	2002 Castelo de Paiva	Apoio social e defesa dos interesses dos Antigos Combatentes da Guerra do Ultramar, com foco nos mais vulneráveis, incluindo os Antigos Combatentes em situação de sem-abrigo. A ACUP também promove o reconhecimento e dignificação da memória dos Combatentes através de cerimónias e homenagens, como a criação de um monumento.	O programa oferece apoio social, psicológico e administrativo, além de promover a memória e o reconhecimento.
<b>Associação de Apoio aos Ex-Combatentes vítimas do</b>	1994	Tem como foco a ajuda aos veteranos de guerra que sofrem de stress pós-traumático.	O programa oferece apoio psicológico, apoio social, sensibilização e

<b>stress de guerra (APOIAR)</b>		acompanhamento de saúde.
<b>Associação Combatentes do Ultramar do Concelho de Lousã</b>	2013 Lousã	Oferece atividades de convívio para Antigos Combatentes, como almoços e eventos comemorativos, e conta com apoios financeiros do município para desenvolver as suas atividades e manter as instalações.  Confraternizações, promoção de iniciativas sociais e culturais, e apoio logístico e financeiro.
<b>Associação Combatentes do Concelho de Penacova</b>	2011 Penacova	A associação apoia os Antigos Combatentes do concelho, promovendo a solidariedade e cooperação. Os seus objetivos incluem o apoio administrativo e jurídico, a organização de eventos comemorativos, e atividades culturais. Luta por uma sede própria e participa na Federação Portuguesa das Associações de Combatentes para garantir benefícios adicionais, como descontos em transportes e apoio jurídico.  Apoio Administrativo e Jurídico Organização de eventos comemorativos Convívios e Atividades Culturais para Antigos Combatentes Promoção da Memória dos Combatentes Integração social dos veteranos e valorização da sua contribuição histórica.
<b>Associação Combatentes do Concelho de Tábua</b>	2021 Tábua	A associação, integrada na Liga dos Combatentes, tem como missão homenagear os Antigos Combatentes do concelho, especialmente os que participaram na Guerra do Ultramar. Ela organiza eventos de tributo, como missas, deposições de coroas de flores e cerimónias junto de monumentos, envolvendo a comunidade local e representantes de entidades oficiais.  Assistência na obtenção de benefícios sociais e cuidados médicos. Preservação da memória histórica e cívica dos sacrifícios dos veteranos. Promoção de encontros e eventos culturais que envolvem as novas gerações, como nas escolas. Programa "Avós aos Netos", que incentiva a conexão dos jovens com a história dos seus familiares veteranos.
<b>Associação Social e Cultural dos Vilacondenses Ex-Combatentes do Ultramar</b>	2000 Vila do Conde	A associação apoia os Antigos Combatentes da região e preserva a memória dos que serviram nas guerras ultramarinas, especialmente os que não retornaram. Organiza eventos culturais, como galas de fado, para angariar fundos para  A associação oferece apoio social e psicológico, além de se dedicar à preservação da memória dos Antigos Combatentes. Também organiza eventos culturais para angariar fundos.

		melhorar as condições de vida dos seus membros e famílias. Também participa em homenagens, como as comemorações do 25 de Abril, destacando a importância de lembrar os sacrifícios dos Combatentes.	
<b>Associação Ex-Combatentes Mangualde</b>	Beirões - Mangualde	Tem como objetivo unir os Antigos Combatentes da região e promover a sua integração social e cultural. Para isso, realiza encontros anuais, como almoços convívio, que oferecem oportunidades para a partilha de memórias e o fortalecimento da camaradagem entre os membros.	A associação oferece apoio social aos Antigos Combatentes e às suas famílias, preserva a memória das suas contribuições e organiza convívios e encontros.
<b>Associação de Combatentes do Concelho de Arganil</b>	2021 Arganil	A associação promove convívios e atividades culturais para manter vivas as memórias e fortalecer os laços entre os Antigos Combatentes e as suas famílias. Além disso, organiza eventos comemorativos e colabora com outras entidades para reconhecer os contributos dos Antigos Combatentes pelo país.	A associação foca na promoção de iniciativas comunitárias, oferece apoio social e psicológico, e organiza eventos culturais e comemorativos para os Antigos Combatentes.
<b>Associação de Combatentes do Concelho de Pampilhosa da Serra</b>	2015 Pampilhosa da Serra	A associação tem como principal objetivo honrar os Combatentes da Guerra Colonial, especialmente os naturais do concelho que perderam a vida no conflito. Em 2017, inaugurou um memorial em homenagem a esses Combatentes.	A associação organiza eventos comemorativos e convívios para associados e as suas famílias, realiza homenagens e cerimónias comemorativas, oferece apoio social e dedica-se à preservação da memória.
<b>Associação Nacional de Combatentes do Ultramar (ANCU)</b>	1997 Tondela	O objetivo é demonstrar um compromisso com o bem-estar dos Antigos Combatentes e reconhecer a importância da sua história.	A associação oferece apoio jurídico e administrativo, apoio social e psicológico, organiza eventos comemorativos e realiza intervenções sociais e comunitárias.
<b>Associação Portuguesa</b>	1999 Braga	A APVG é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que	A APVG oferece apoio social, psicológico e jurídico, além de

<b>dos Veteranos de Guerra (APVG)</b>	<p>apoia Antigos Combatentes e Veteranos de guerra de todos os ramos das Forças Armadas, com especial atenção aos que serviram durante a Guerra Colonial. Os principais objetivos da APVG inclui a proteção e apoio social, jurídico e pedagógico aos Antigos Combatentes e às suas famílias, assistência médica em várias especialidades, especialmente para veteranos com stress pós-traumático, e a promoção da memória e reconhecimento dos veteranos de guerra, defendendo os seus direitos. A associação tem diversas delegações em Portugal e no estrangeiro, facilitando o acesso aos seus serviços e continuando a lutar pelos direitos dos veteranos.</p>	<p>atividades culturais e de formação para capacitação.</p>
<b>Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)</b>	<p>1974 Lisboa</p> <p>A ADFA tem como missão defender os direitos e interesses dos deficientes das Forças Armadas (DFA), promovendo a sua integração social, profissional e familiar, garantindo o acesso a serviços e regalias como pensões e assistência na saúde, além de sensibilizar a sociedade para as questões que os afetam e promover o seu bem-estar.</p>	<p>A ADFA proporciona apoio jurídico e administrativo, programas de reabilitação e formação, apoio psicológico e social, assistência médica, e organiza atividades sociais e culturais, promovendo também intercâmbios com associações de países de língua portuguesa.</p>
<b>Movimento Cívico Antigos Combatentes</b>	<p>2008 Almada</p> <p>O movimento tem como objetivo reivindicar a transladação dos restos mortais de militares portugueses que morreram na Guerra Colonial em África, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, surgindo em resposta ao abandono e esquecimento desses soldados, deixados em locais considerados indignos após a Revolução dos Cravos, em 1974.</p>	<p>O movimento foca na reivindicação de direitos, na mobilização e sensibilização da sociedade, além de promover a confraternização e o apoio social.</p>
<b>Instituto de Ação Social das Forças</b>	<p>2012 Lisboa</p> <p>O objetivo é garantir e promover a Ação Social Complementar (ASC) para os militares das Forças Armadas</p>	<p>O objetivo é proporcionar apoio social não coberto por outros sistemas,</p>

<p><b>Armadas (IASFA)</b></p>	<p>e os seus familiares, assegurando o bem-estar social e a gestão do sistema de Assistência na Doença aos Militares (ADM), com foco no equilíbrio financeiro e na melhoria do suporte oferecido, promovendo transparência e credibilidade.</p>	<p>promover ações de bem-estar e assistência na saúde, gerir receitas de quotizações, manter informações atualizadas sobre os beneficiários e realizar estudos para melhorar a Ação Social Complementar (ASC) e propor melhorias legais.</p>
<p><b>Plano de Ação para apoio aos Deficientes Militares (PADM)</b></p>	<p>Integrado no Estatuto do Antigo Combatente pela Lei n.º 46/2020, o programa opera em seis polos em Portugal: Porto, Coimbra, Lisboa, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores.</p> <p>Tem como objetivo promover a saúde, a qualidade de vida, a autonomia e o envelhecimento saudável dos deficientes militares. O PADM foi implementado para prevenir a dependência, a precariedade, o isolamento e a exclusão social desses indivíduos, oferecendo apoio também aos cuidadores que assistem os deficientes em situações de autonomia limitada ou dependência.</p>	<p>O programa oferece apoio psicológico, social, formação e capacitação, assistência no acesso a direitos, uma rede de intervenção e polos de atendimento.</p>
<p><b>Ministério da Defesa Nacional (MDN)</b></p>	<p>Oficialmente criado em 1910, após a implantação da República</p> <p>Lisboa</p> <p>O MDN é o órgão governamental responsável por planear, dirigir e executar a política de defesa nacional, garantindo a segurança do país e supervisionando as Forças Armadas, com funções como apoiar a modernização militar, proteger interesses estratégicos, coordenar missões internacionais de paz e gerir recursos relacionados à defesa.</p>	<p>Os benefícios incluem isenção de taxas moderadoras, complemento especial de pensão, passe de Antigo Combatente, acesso gratuito a museus e monumentos, direito de preferência na habitação, honras fúnebres, apoio social e apoio psicológico.</p>

Nota: Silva, 2024

Tendo em conta a leitura da tabela mencionada, é possível observar que uma grande parte das instituições está centralizada em Lisboa, o que implica uma maior concentração de apoio na capital. Além disso, a distribuição de instituições nas regiões Centro e Norte indica um reforço nas áreas mais urbanas, embora também existam algumas que oferecem apoio aos Antigos Combatentes.

De uma forma geral, todas as instituições têm como principal objetivo apoiar os Antigos Combatentes e as suas famílias, promovendo a memória da história da qual este público-alvo foi protagonista. A maioria das instituições foi criada com o propósito de proteger e prestar assistência aos Antigos Combatentes, abordando aspetos psicológicos, sociais, jurídicos e culturais.

Relativamente aos apoios, podemos constatar que essas instituições, de maneira geral, oferecem uma variedade de serviços e atividades, conforme evidenciado na tabela 2.

**Tabela 2** - Descrição de serviços e atividades das Instituições

<i>Serviços</i>	<i>Descrição das Atividades</i>
<i>Apoio Psicológico</i>	Oferecem serviços de apoio, especialmente aqueles que enfrentam problemas como stress pós-traumático e as famílias dos Antigos Combatentes.
<i>Apoio Social</i>	Na maioria das Associações incluem um suporte social, que nos indica uma preocupação com o bem-estar dos Antigos Combatentes, bem como a importância da sua reintegração na sociedade de uma forma saudável.
<i>Promoção da Memória</i>	Torna-se importante, a realização de eventos comemorativos, homenagens e a preservação da memória histórica, de forma a demonstrar a honra e o reconhecimento dos sacrifícios feitos pelos Antigos Combatentes na luta pela liberdade que acabamos por adquirir.
<i>Assistência Jurídica e Administrativa</i>	Torna-se o foco de algumas associações a defesa dos direitos e interesses dos Antigos Combatentes, dispondo de um suporte legal e administrativo que facilite assim, um atendimento rápido e eficaz ao Antigo Combatentes.
<i>Atividades Culturais e Comunitárias</i>	Na fase em que se encontram os Antigos Combatentes, é foco de algumas instituições a promoção de eventos sociais e culturais, que ajudam a construir um sentido de comunidade entre eles, bem como a empatia e a entejuda que acaba por ser referência do próprio sentido de camaradagem.

Nota: Silva, 2024

De salientar que todas estas associações enfrentam desafios comuns, na obtenção de financiamento e necessidades que implicam espaços que sejam adequados para a realização da sua atividade enquanto instituição. É também uma preocupação a luta pelo reconhecimento e direitos, sobretudo para os Antigos Combatentes que enfrentam dificuldades, como o stress pós-traumático. As instituições desempenham ainda um papel crucial na sociedade civil, mesmo tendo uma necessidade de apoio governamental e de integração de políticas que atendam às necessidades específicas dos Antigos Combatentes alargando, e não podendo esquecer, as suas famílias.

Concluindo, estas instituições com sede nacional, desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar social, psicológico, cultural e na obtenção dos direitos enquanto Antigos Combatentes. Apesar de serem garantidas respostas abrangentes às complexas necessidades espelhadas nos Antigos Combatentes, continua a ser essencial garantir o apoio de forma contínua às próprias instituições, para que estas possam cumprir de forma eficaz a sua missão que reflete sempre no cuidado daqueles que serviram e honraram a nossa Pátria.

Nesto contexto, aferimos que estas instituições disponibilizam uma vasta gama de programas especializados, que abrangem desde o apoio médico, social e psicológico até à reabilitação física e integração social, bem como facilitam o acesso a benefícios, assistência jurídica e programas de empregabilidade, promovendo a plena (re)integração dos Antigos Combatentes na sociedade, garantindo o respeito pelos seus direitos e proporcionando um suporte contínuo para melhorar a sua qualidade de vida.

### 2.3. Perfil dos Antigos Combatentes Envolvidos no Estudo

Segundo o Artigo 2.º da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, considera-se Antigo Combatente os ex-militares mobilizados entre 1961 e 1975 para Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, bem como os ex-militares que estavam em Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli durante a integração destes territórios na União Indiana. Também se inclui os ex-militares que estiveram em Timor-Leste entre 25 de abril de 1974 e a saída das Forças Armadas Portuguesas, e os ex-militares recrutados localmente nessas situações, além dos militares dos quadros permanentes nessas mesmas condições.

Além disso, são considerados Antigos Combatentes os militares e ex-militares que participaram em missões humanitárias de apoio à paz ou manutenção da ordem pública, conforme a Portaria n.º 87/99. Por fim, as disposições do Estatuto estendem-se também às viúvas e viúvos dos Antigos Combatentes identificados, na medida em que lhes seja aplicável.

Os Antigos Combatentes que foram considerados para o nosso estudo, enquadram-se nos critérios da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que determina quem é reconhecido como Antigo Combatente.

No âmbito das entrevistas realizadas e como reforço ao traço da personalidade de cada inquirido, faz-se uma breve apresentação de cada um deles, de forma que se conheça um pouco da realidade de cada rosto que decidiu abraçar este desafio e participar no respetivo estudo.

Participante 1: Antigo Combatente de 72 anos com uma experiência profissional sempre ligada à agricultura, exercendo, de forma livre, o seu trabalho ainda nos dias de hoje. Casado há 49 anos, pai de 2 filhos e avô de dois netos. Prestou serviço militar na Guiné, mais concretamente em Cumuré, Biambe e Bissum, tendo como especialidade atirador. Pertence atualmente, enquanto sócio, à Associação Combatentes do Ultramar Português.

Participante 2: Antigo Combatente de 81 anos com uma experiência profissional ligada à agricultura na sua juventude e até à ida para a tropa. Depois de regressar, retomou o seu trabalho como Mineiro das Minas do Pejão e posteriormente numa fábrica onde foi encarregado. Pai de 7 filhos, avô de 20 netos e casado há 62 anos com aquela que era a sua esposa aquando da sua ida para a Guerra Colonial. Prestou serviço militar em Angola, mais concretamente em Úcua e na zona Sul de Angola, tendo como especialidade Condutor. Pertence à Associação Combatentes do Ultramar Português sendo um dos seus fundadores, exercendo funções não apenas como sócio, mas também como seu Presidente durante longos anos.

Participante 3: Antigo Combatente de 73 anos com uma experiência profissional ligada ao sindicato, assumindo sempre cargos de grande responsabilidade durante a sua vida como causas associativas, culturais e sociais, tendo por exemplo a presidência de

uma junta de freguesia durante 4 anos. Pai de três filhas, avô de dois netos e casado há 50 anos. Prestou serviço militar em Angola, mais propriamente em Luanda com a ressalva de que a sua função militar o fazia viajar para vários locais da província de Angola e tendo uma experiência muito relacionada com os Hospitais Militares que estavam em Campanha. Pertence atualmente à Associação Combatentes do Ultramar Português onde, para além de sócio assumiu a presidência da mesma durante 4 anos. Teve como especialidade assistente de serviços religiosos, ou seja, ajudante de Capelão o que fazia com que estivesse ligado, de certa forma, aos hospitais militares existentes na província.

Na tabela 3, podemos verificar de uma forma mais clara as particularidades de cada Antigo Combatente que foi participante neste estudo:

**Tabela 3** - Dados Antigos Combatentes intervenientes no estudo

Pergunta	Participante 1	Participante 2	Participante 3
Qual a sua idade?	72	81	73
Onde esteve?	Guerra Colonial Portuguesa. Serviu na Guiné	Guerra Colonial Portuguesa Serviu em Angola	Guerra Colonial Portuguesa Serviu em Angola
Em que ano foi mobilizado?	1972	1964	1972
Quantos anos esteve na Guerra?	25 meses e um dia	26 meses	22 meses
Para que província foi?	Cumuré, Biambe, e Bissum	Úcua Zona Sul de Angola	Luanda
Com que idade foi?	Com 20 anos	22/23 anos	21 anos

*Nota:* Silva, 2024

## Capítulo III:

### Analise e discussão de dados

#### 3.1. Instituições e equipas de apoio

Este ponto diz respeito à análise dos dados coletados no âmbito da descrição do primeiro objetivo, que procura identificar e analisar as instituições de Antigos Combatentes que têm equipas de apoio ao seu desenvolvimento pessoal e social, bem como identificar os profissionais que compõem essas equipas, com o intuito de verificar a existência de um quadro técnico e identificar os profissionais que o integram.

Como já referimos anteriormente, das 20 instituições identificadas a nível nacional, apenas contamos com a colaboração de 5, que representamos na seguinte tabela (tabela 4), começando por caracterizá-las em relação à localidade, tempo de atuação, se tem ou não protocolo com o Ministério da Defesa Nacional e qual a regularidade de funcionamento.

**Tabela 4** – Caracterização das instituições do estudo

Entidade	Localidade	Tempo De Atuação	Protocolo c/ Ministério Da Defesa	Regularidade De Funcionamento
I1	Castelo de Paiva	Mais de 18 anos	Sim	Aberta todos os dias
I2	Tondela	Mais de 18 anos	Sim	Aberta apenas de manhã (todos os dias)
I3	Lisboa	Mais de 18 anos	Não	Aberta todos os dias
I4	Braga	Mais de 18 anos	Sim	Aberta todos os dias
I5	Sede em Lisboa com delegações nacionais	Mais de 18 anos	Sim	Aberta todos os dias

*Nota:* Silva, 2024

Como é possível verificar, todas as entidades analisadas têm mais de 18 anos de experiência, distribuídas por várias regiões do país. A entidade I5 destaca-se por ter delegações a nível nacional, abrangendo um maior alcance geográfico, enquanto as restantes se concentram em localizações específicas. Além disso, a maioria das entidades usufrui de protocolos com o Ministério da Defesa Nacional, sugerindo uma maior articulação com políticas públicas e possível acesso a recursos adicionais. A exceção é a I3, que não tem protocolo, podendo indicar uma integração menor com o MDN. No que diz respeito à regularidade de funcionamento, quase todas as entidades oferecem atendimento em horário completo, exceto a I2, que opera apenas durante a manhã, possivelmente devido a limitações de recursos humanos ou um foco em atendimento mais direcionado.

Passamos agora a apresentar uma visão detalhada da quantidade e do perfil dos Antigos Combatentes atendidos pelas diferentes entidades. Esta informação parece-nos necessária para compreendermos não apenas o número de Antigos Combatentes que recebem apoio, mas também a natureza e a qualidade desse acompanhamento. As diversas abordagens adotadas por cada entidade refletem a sua capacidade de resposta às necessidades específicas dos Antigos Combatentes, revelando um panorama que varia de atendimentos generalistas a apoios especializados (Tabela 5).

**Tabela 5** - Caracterização de Antigos Combatentes Atendidos

<b>Entidade</b>	<b>Número De Combatentes</b>	<b>Acompanhamento</b>
<b>I1</b>	780 (170 em acompanhamento)	Atendidos regularmente, apoio focado.
<b>I2</b>	35	Acompanhamento nas áreas de saúde, psicologia, psiquiatria e clínica geral.
<b>I3</b>	Não especificado	Entendimento de "acompanhamento" não definido.
<b>I4</b>	2.650	Cobertura maior com foco diversificado de apoio.
<b>I5</b>	13.600	Maior cobertura e foco nacional com grande capacidade de atendimento.

*Nota:* Silva, 2024

A análise dos dados revela que as entidades I4 e I5 apresentam números de atendimentos significativamente superiores, indicando uma capacidade ampliada para apoiar um maior número de Antigos Combatentes. A I5 destaca-se especialmente pela sua abrangência nacional, refletindo um compromisso robusto em atender a esta população. Por outro lado, a I2, embora atenda um número reduzido de Combatentes, oferece um acompanhamento especializado em áreas críticas de saúde, o que pode resultar em um suporte mais aprofundado e eficaz. A falta de especificação na entidade I3 levanta questões sobre a transparência e a eficácia do seu acompanhamento, sugerindo a necessidade de uma melhor comunicação sobre os seus serviços. É crucial que todas as entidades continuem a aprimorar os seus processos, garantindo que todos os Antigos Combatentes recebam o apoio necessário de forma eficaz e acessível.

As entidades analisadas apresentam variações significativas na existência e composição das suas equipas técnicas, bem como na experiência e nas funções desempenhadas pelos profissionais da área social, como podemos ver na tabela 6.

**Tabela 6** – Equipa Técnica: Existência, Composição e Experiência do Quadro Técnico e Funções Sociais

Entidade	Possui quadro técnico?	n.º de profissionais no quadro técnico	Formação dos profissionais	Anos de experiência	n.º de profissionais sociais	Funções específicas
I1	Sim	3	Serviço Social e Psicologia	10 anos ou mais	1	Assistente Social
I2	Não	—	—	—	1	Assistente Social
I3	Não	—	—	—	—	—
I4	Sim	2	Serviço Social e Psicologia	Entre 5 a 10 anos	1	Assistente Social
I5	Sim	15	Diversas áreas	A maioria possui mais de 10 anos	3	Técnicas de Serviço Social com funções na ADFa, apoio a deficientes, e nível local

Nota: Silva, 2024

Através desta tabela podemos observar que as entidades I1, I4 e I5 possuem equipas técnicas estabelecidas. A I5 destaca-se com um total de 15 profissionais, refletindo uma estrutura organizacional robusta e diversificada, enquanto a I1 conta com 3 e a I4 com 2. Em contraste, as entidades I2 e I3 não possuem equipas técnicas, o que pode indicar uma estrutura menos especializada e, possivelmente, uma menor capacidade de resposta às necessidades sociais.

No que diz respeito à experiência profissional, I1 e I5 contam com técnicos com mais de 10 anos de experiência, evidenciando um elevado nível de expertise e continuidade nos serviços prestados. A I4, por sua vez, possui profissionais com uma experiência de 5 a 10 anos, o que, apesar de ser um bom indicador de qualificação, é ligeiramente inferior aos das entidades com maior tempo de serviço.

Relativamente às funções e ao número de profissionais sociais, todas as entidades que possuem equipas técnicas informadas contam, pelo menos, com um assistente social. A I5 destaca-se novamente, apresentando três técnicas de serviço social que desempenham funções variadas, incluindo apoio à Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e atividades a nível local. Essa diversidade de funções sugere uma maior especialização e capacidade de atendimento da I5 em comparação com as demais entidades, que têm uma presença mais limitada na área social. Ou seja, a análise dos dados da tabela 6, revela que a presença de equipas técnicas com profissionais experientes e a diversidade de funções sociais são fatores que influenciam diretamente a qualidade e a capacidade de atendimento das entidades em questão.

Relativamente às áreas de intervenção contempladas pelo protocolo, foi possível verificar que estas são diversas bem como os profissionais envolvidos no acompanhamento dos Antigos Combatentes, conforme definido pelo protocolo estabelecido pelas diferentes entidades. Esta informação é importante para compreendermos a amplitude dos serviços oferecidos e a capacidade de cada entidade em proporcionar um suporte abrangente e multidisciplinar. A diversidade nas áreas de intervenção reflete a capacidade de atender às múltiplas necessidades dos Antigos Combatentes, abrangendo desde a saúde mental até questões legais (tabela 7).

**Tabela 7 - Áreas de Intervenção Contempladas pelo Protocolo**

<b>Entidade</b>	<b>Profissionais e Áreas de Intervenção</b>
<b>I1</b>	Profissional da área Social e Psicologia
<b>I2</b>	Profissionais da Saúde, Social, Psicologia e Administrativo
<b>I3</b>	—
<b>I4</b>	Profissionais da Saúde, Social, Direito e Psicologia
<b>I5</b>	Profissionais da Saúde, Social, Direito e Psicologia

*Nota:* Silva, 2024

A análise das áreas de intervenção revela que as entidades I2, I4 e I5 possuem um conjunto mais amplo de profissionais, permitindo uma abordagem multidisciplinar que pode resultar em um suporte mais eficaz e adaptado às necessidades dos Antigos Combatentes. Este enfoque diversificado é crucial para abordar as questões complexas enfrentadas por essa população.

Por outro lado, a ausência de informação sobre as áreas de intervenção da entidade I3 levanta preocupações sobre a adequação e a eficácia do seu acompanhamento, sugerindo possíveis limitações em recursos ou na estruturação de um protocolo claro. É fundamental que todas as entidades se empenhem em fortalecer as suas equipas e ampliar as suas áreas de intervenção, assegurando que todos os Antigos Combatentes tenham acesso a um suporte abrangente e integrado.

A análise realizada evidencia que a I5 se destaca como a entidade mais robusta, com abrangência nacional e o maior número de Combatentes atendidos, apoiada por um quadro técnico extenso de 15 profissionais. Por sua vez, a I4 oferece um serviço multidisciplinar de elevado nível, atendendo 2.650 Combatentes e apresentando uma sólida experiência na área. Embora a I1 e a I2 sejam entidades de menor dimensão em comparação, ambas mantêm um foco consistente nas suas especialidades, garantindo atendimento diário, com exceção da I2, que opera apenas durante a manhã.

De salientar a presença de um Educador Social na I1, ainda que em regime de prestação de serviços, representa uma mais-valia significativa para a instituição, pois este profissional traz consigo um conjunto de competências essenciais para o desenvolvimento integral dos indivíduos. A sua atuação contribui para a promoção de um ambiente

educativo inclusivo, favorecendo a integração social e o acompanhamento personalizado dos utentes. Embora a contratação formal não seja viável no âmbito do protocolo do Ministério da Defesa Nacional, a inclusão deste profissional, mesmo que temporária, reforça o compromisso da II com a qualidade dos serviços prestados e a valorização do bem-estar da comunidade.

Essas considerações permitem compreender tanto as capacidades como as limitações de cada entidade no apoio a Antigos Combatentes. Destaca-se, assim, a importância de preservar uma equipa de profissionais experientes e de manter um serviço técnico interno eficaz, assegurando um atendimento contínuo e de qualidade.

### 3.2. Práticas Sociopedagógicas

O segundo objetivo pretende identificar e analisar as práticas sociopedagógicas dessas equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes. Para tal, procurámos compreender que tipo de apoio oferecem os profissionais que pertencem às equipas técnicas identificadas no ponto anterior, como o que realizam e em que momentos o fazem.

**Tabela 8** - Quadro Sinótico: Práticas Sociopedagógicas nas Equipas de Apoio

CATEGORIA	INDICADORES	FRAGMENTOS DO DISCURSO	IDEIA CHAVE
<b>PRÁTICAS SOCIOPEDAGÓGICAS NAS EQUIPAS DE APOIO</b>	<b>Influência positiva na comunidade</b>	<i>“Eu digo isto a qualquer lado... se forem perguntar na minha zona, com quem eu convivo das meninas que trabalham aqui... eu só digo bem delas...” (P1)</i>	O discurso do participante mostra como a imagem positiva das profissionais influencia a comunidade, fortalecendo o papel da instituição no bem-estar coletivo.
	<b>Respeito pelos profissionais</b>	<i>“Eu considero, quase todas... por iguais, mas cada um com a</i>	O respeito e o reconhecimento mútuo dos profissionais

	<p><i>sua categoria... agora aqui dentro o respeito, o vosso profissional uma das outras...” (P2)</i></p>	<p>promovem um ambiente colaborativo e valorizam a diversidade de funções, fortalecendo a confiança entre todos.</p>
<b>Valorização profissional</b>	<p><i>“Aqui respondia, cada um com a sua profissão” (P2)</i></p>	<p>Cada profissional é respeitado pelo valor que traz na sua área de atuação, criando um ambiente de valorização profissional que apoia o desenvolvimento da equipe.</p>
<b>Satisfação com o serviço</b>	<p><i>“Para mim, é o que eu digo... em qualquer lado... pronto, que gosto disto assim... E se eu fosse maltratado aqui eu não vinha...” (P1)</i></p>	<p>A satisfação dos participantes com o serviço reflete-se no bom tratamento e na qualidade do apoio, fatores essenciais para a continuidade da sua participação nas atividades.</p>
<b>Inovação das práticas</b>	<p><i>“(...) veio criar a preocupação de abrimos outras portas... (...) outro tipo de preocupações” (P3)</i></p>	<p>A inovação nas práticas, proporcionada pela presença de técnicos variados, enriquece as atividades e promove uma abordagem inclusiva que apoia o desenvolvimento pessoal dos participantes.</p>
<b>Envolvimento contínuo do Educador Social</b>	<p><i>“de 2018 para cá, qual é a atividade que eu participei e não estivesse a Ana?... nenhuma!!” (P3)</i></p>	<p>A presença constante do Educador Social destaca um compromisso de apoio contínuo e integração social, essencial para o sucesso das práticas sociopedagógicas.</p>

<p><b>Participação em atividades de lazer e socialização</b></p>	<p><i>“(...) Boccia (...) É estas coisas que se tem feito, não é?” (P1)</i></p>	<p>As atividades de lazer como o Boccia são valorizadas pelos participantes, promovendo socialização e um ambiente de integração e bem-estar.</p>
<p><b>Relevância das atividades para integração e autonomia</b></p>	<p><i>“Boccia (...) higienização das mãos (...) Projeto MICAS” (P2)</i></p>	<p>Atividades específicas como o Projeto MICAS são reconhecidas por promover autonomia e inclusão, enfatizando o impacto prático do Educador Social no dia a dia dos Antigos Combatentes.</p>
<p><b>Impacto positivo na vida pessoal</b></p>	<p><i>“(...) São pessoas para mim boas... que ajudam a gente... não posso dizer outra coisa, se disser outra coisa estou a mentir...” (P1)</i></p>	<p>O apoio da Educadora Social tem um impacto pessoal significativo, promovendo sentimentos de gratidão e apoio emocional entre os participantes.</p>
<p><b>Ambiente acolhedor e seguro</b></p>	<p><i>“(...) a Ana não vem? (...) acho que tu és uma mais-valia também para estares lá... com nós... também sabes orientar...” (P2)</i></p>	<p>A Educadora Social é vista como essencial para criar um ambiente positivo, de apoio e segurança, que contribui para o conforto dos Antigos Combatentes nas atividades.</p>
<p><b>Transformação mental e emocional</b></p>	<p><i>“(...) e eu, sem pestanejar, as atividades apareciam feitas... (...) facilitou-me a vida e muito (...) você criou uma mentalidade nova” (P3)</i></p>	<p>A Educadora Social ajuda a transformar mentalidades, promovendo mudanças positivas na visão e nas atitudes dos participantes em relação ao próprio</p>

		desenvolvimento pessoal.	
<b>PROPOSTAS DE MELHORIA NOS SERVIÇOS</b>	<b>Satisfação com o serviço atual</b>	<p><i>“Não!!!! Mudava porquê?? Não tenho nada contra nada (...) das meninas que trabalham aqui... eu só digo bem delas...” (P1)</i></p>	Os participantes mostram elevada satisfação com o serviço, indicando o sucesso das práticas adotadas pelas equipas técnicas e a qualidade do atendimento recebido.
	<b>Necessidade de maior presença</b>	<p><i>“(...) ir para os ensaios... e no Boccia (...) se tu também estiveres ali já é uma coisa boa...” (P2)</i></p>	Há uma sugestão para aumentar a presença da Educadora Social em algumas atividades, destacando a importância da interação contínua para o fortalecimento dos laços com a comunidade.
	<b>Proposta de espaço dedicado</b>	<p><i>“O seu espaço de trabalho, para já deveria ser um espaço mais agradável... mas também precisava de ter o seu espaço, de aconchego...” (P3)</i></p>	A criação de um espaço próprio para o Educador Social permitiria melhor estrutura e privacidade, o que facilitaria a realização de atividades criativas e o desenvolvimento pessoal dos participantes.
	<b>Importância da qualidade no trabalho</b>	<p><i>“(...) tudo o que é dentro da área que é... tem de se fazer bem... porque se for fazer mal não vale a pena cá estar...” (P1)</i></p>	Os participantes reconhecem que o cumprimento rigoroso das funções e a qualidade no trabalho são essenciais, reforçando o compromisso com a excelência profissional das equipas.
	<b>Função de</b>	<i>“Aqui respondia, cada</i>	A função de

<b>proximidade e apoio</b>	<i>um com a sua profissão... não posso dizer que este é melhor que àquele... respeito o vosso profissional umas das outras...</i> (P2)	proximidade e apoio do Educador Social é vista como única e essencial, promovendo uma visão de igualdade e respeito entre os profissionais, fortalecendo os laços comunitários.
<b>Promoção de comportamento e bem-estar</b>	<i>“(...) Educadora educa (...) Quando se diz educa, é educa numa postura... que cada um precisa para a vida”</i> (P3)	A atuação do Educador Social vai além de atividades pedagógicas, promovendo comportamentos saudáveis e uma postura positiva que favorecem o bem-estar geral e a integração dos participantes.

Nota: Silva, 2024

A análise das práticas sociopedagógicas das equipas técnicas junto dos Antigos Combatentes revela uma abordagem que integra apoio direto, promoção de bem-estar e um forte impacto na comunidade. Esta análise permite identificar não apenas os tipos de apoio oferecidos, mas também a maneira como estes profissionais realizam seu trabalho e a frequência com que interagem com os participantes.

As equipas técnicas exercem uma influência positiva na comunidade, conforme evidenciado por um participante que afirmou: *“Eu digo isto a qualquer lado... se forem perguntar na minha zona, com quem eu convivo das meninas que trabalham aqui... eu só digo bem dela, da Educadora Social... e influencio muita gente.”* (P1). Este testemunho ilustra como a experiência positiva dos Antigos Combatentes pode contribuir para uma perceção favorável do trabalho realizado pelas equipas, refletindo a capacidade de gerar impacto social.

A valorização e o respeito pelos profissionais são aspetos fundamentais que emergem das interações dos participantes com as equipas. Destacam a importância do respeito mútuo, referindo: *“Eu considero, quase todas... por iguais, mas cada um com a sua categoria... agora aqui dentro respeito muito o trabalho da Educadora Social...”*

(P2) isto só mostra que, apesar das diferenças de cada profissional e das suas funções, existe um reconhecimento genuíno da importância de cada papel para aquele que é o serviço ao Antigo Combatente. Este respeito e valorização mútua reforçam os laços entre os profissionais e promovem um ambiente de cooperação, onde cada função é entendida como essencial para o bom funcionamento do serviço. Essa postura fomenta a confiança e uma admiração genuína pelo papel dos Educadores Sociais, fortalecendo a visão de um espaço seguro e acolhedor para os Antigos Combatentes.

Esta reflexão indica que a interação entre os profissionais e os Antigos Combatentes sustenta-se através de uma visão de igualdade e de valorização por cada rosto que se encontra dentro da Instituição onde é apreciado o contributo de cada interveniente como fundamental para o bem-estar coletivo.

A questão do respeito e valorização profissional é destacada como fundamental pelos participantes, revelando uma relação de reconhecimento entre as equipas técnicas e os Antigos Combatentes. Como afirmou um dos participantes, “*Aqui respondia, cada um com a sua profissão*” (P2), indicando que o reconhecimento da importância de cada função contribui para um ambiente de trabalho harmonioso, onde os profissionais são respeitados e valorizados pelas suas competências. Esse ambiente de valorização é essencial para o desenvolvimento das práticas sociopedagógicas e para a criação de uma atmosfera de confiança e admiração.

A satisfação com o serviço oferecido pelas equipas técnicas é mencionada de forma recorrente pelos participantes, sendo este um indicador da eficácia das práticas sociopedagógicas. Um dos participantes comentou, “*Para mim, é o que eu digo... em qualquer lado... pronto, que gosto disto assim... E se eu fosse maltratado aqui eu não vinha... ou vinha menos vezes.*” (P1). Esta declaração demonstra a importância do bom tratamento e da qualidade do apoio prestado, que são fatores decisivos para que os Antigos Combatentes continuem a participar nas atividades. A satisfação com o serviço oferecido indica que as práticas sociopedagógicas adotadas atendem às necessidades dos participantes e que a qualidade do apoio recebido é uma motivação para a continuidade da sua participação.

A inovação nas práticas sociopedagógicas é outro ponto mencionado pelos participantes, que reconhecem a importância de uma abordagem inclusiva e diversificada.

Conforme refere um participante, a presença de técnicos variados *“veio criar a preocupação de abriremos outras portas... (...) outro tipo de preocupações”* (P3). Esta abertura para novas metodologias e a implementação de atividades variadas permitem que os Antigos Combatentes tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e de crescimento, refletindo o compromisso das equipas técnicas em promover práticas que vão ao encontro das necessidades de cada participante.

A implementação de atividades específicas como o Boccia e o Projeto MICAS são particularmente valorizadas, conforme mencionado por um dos participantes: *“Boccia (...) higienização das mãos (...) Projeto MICAS”* (P2). Estas atividades não só promovem a socialização e o bem-estar, mas também incentivam a autonomia e a integração dos participantes. A presença constante do Educador Social nas atividades, como referido por outro participante, destaca o compromisso das equipas técnicas com o apoio contínuo, essencial para o desenvolvimento das competências sociais e a integração dos Antigos Combatentes.

Revelam que a presença do Educador Social fez uma *“grande diferença”* na sua vida, afirmando que *“não posso dizer mal a uma pessoa que me fez bem.”* (P1). Outro participante enfatizou a Educadora Social *“Ana”* como uma presença essencial, sublinhando que *“ela proporciona apoio e carinho”* (P2) e cria um ambiente positivo.

O papel dos Educadores Sociais é frequentemente descrito como essencial para a criação de um ambiente acolhedor e seguro. Um dos participantes sublinha a importância da presença da Educadora Social nas atividades, dizendo que *“acho que tu és uma mais-valia também para estares lá... com nós... também sabes orientar...”* (P2). A Educadora Social é vista não só como uma profissional que oferece apoio técnico, mas também como alguém que proporciona segurança e conforto emocional aos Antigos Combatentes, sublinhando que *“ela proporciona apoio e carinho”* (P2). Esse ambiente positivo é fundamental para que os participantes se sintam à vontade e motivados a envolver-se nas atividades oferecidas pela instituição.

O impacto da atuação do Educador Social não se limita às atividades práticas, mas também inclui uma transformação na visão e atitudes dos participantes em relação ao seu próprio desenvolvimento pessoal. Um participante afirma: *“(...) facilitou-me a vida e muito (...) você criou uma mentalidade nova”* (P3), destacando a influência do Educador

Social na promoção de mudanças positivas. Este papel transformador vai além do apoio técnico, sendo essencial para a construção de uma mentalidade positiva e aberta ao crescimento pessoal. A transformação mental e emocional proporcionada pelo trabalho do Educador Social reforça a importância do seu papel no apoio aos Antigos Combatentes e na promoção de uma visão positiva e de superação.

Embora a satisfação com o serviço seja elevada, alguns participantes mencionaram sugestões para o aprimoramento dos serviços oferecidos. Um dos participantes sugeriu que a Educadora Social poderia estar mais presente em determinadas atividades, como os ensaios e o Boccia, realçando a importância da interação contínua para o fortalecimento dos laços com a comunidade. Outros participantes indicaram que seria benéfico criar um espaço próprio para o Educador Social, onde poderia desenvolver atividades criativas e de apoio. Um dos participantes afirmou: *“O seu espaço de trabalho, para já deveria ser um espaço mais agradável..., mas também precisava de ter o seu espaço, de aconchego...”* (P3), destacando a necessidade de um ambiente adequado para o trabalho do Educador Social.

Estas sugestões refletem o desejo dos participantes por uma maior estrutura e organização dos serviços, que poderiam otimizar o trabalho do Educador Social e melhorar a experiência dos Antigos Combatentes nas atividades. A criação de um espaço dedicado ao Educador Social facilitaria a implementação de novas práticas e contribuiria para um ambiente ainda mais acolhedor.

O compromisso com a qualidade no trabalho é também um tema presente nas declarações dos participantes. Como afirma um deles: *“(...) tudo o que é dentro da área que é... tem de se fazer bem... porque se for fazer mal não vale a pena cá estar...”* (P1). Este comentário destaca a importância da excelência profissional e do cumprimento das funções com rigor e dedicação. Esse compromisso é fundamental para que as práticas sociopedagógicas sejam eficazes e para que o trabalho realizado pelas equipas técnicas seja valorizado pelos participantes.

A função de proximidade e apoio do Educador Social é vista pelos participantes como única e essencial. Um dos participantes expressa este sentimento ao dizer que *“Aqui respondia, cada um com a sua profissão... não posso dizer que este é melhor que aquele... respeito o vosso profissional umas das outras...”* (P2). Essa visão de igualdade e respeito

entre os profissionais reforça a ideia de que o Educador Social tem uma função diferenciada, baseada na proximidade e no apoio direto aos participantes. A abordagem personalizada e o acompanhamento contínuo são aspectos valorizados pelos Antigos Combatentes, que reconhecem a importância de um profissional que compreenda as suas necessidades e os apoie de forma individualizada.

Outro participante mencionou que “(...) *Educadora educa (...) Quando se diz educa, é educa numa postura... que cada um precisa para a vida*” (P3), sublinhando que o papel do Educador Social vai além das atividades pedagógicas, abrangendo também a promoção de comportamentos saudáveis e de uma postura positiva perante a vida. Este papel é essencial para o desenvolvimento integral dos Antigos Combatentes e para a criação de uma mentalidade que favoreça a integração e o bem-estar.

Constatamos assim que as práticas sociopedagógicas das equipas técnicas, especialmente dos Educadores Sociais, constituem um pilar essencial no apoio aos Antigos Combatentes. A influência positiva na comunidade, o respeito e valorização profissional, a satisfação com os serviços, a inovação nas práticas e o papel transformador dos Educadores Sociais não só melhoram a qualidade de vida dos participantes, mas também fomentam um ambiente de inclusão e suporte, que é fundamental para a integração e o bem-estar da comunidade.

### 3.3. Perceções dos Atores

Por fim, o terceiro e último objetivo centra-se em identificar e analisar as perceções dos diferentes atores envolvidos sobre a intervenção e a contribuição do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes. Ao longo de todo o processo de investigação, apenas identificámos uma instituição que conta com uma Educadora Social nos seus serviços de apoio a este grupo.

Cada participante do estudo foi identificado com a letra "P" seguida de um número, de forma a garantir o anonimato. As respostas provenientes do Ministério da Defesa Nacional serão referidas como "RM", seguidas também com o respetivo número.

Foram realizadas entrevistas semiestruturada a três Antigos Combatentes que beneficiam do serviço da Educadora Social. Além destes participantes, conseguimos também obter respostas de duas técnicas do Ministério da Defesa Nacional e de

representantes das instituições inquiridas, sobre a mesma temática. Optou-se pela entrevista semiestruturada para permitir aos inquiridos a liberdade de se expressarem e sentirem-se à vontade para partilhar as suas experiências. Apesar dessa flexibilidade, foi utilizado um guião (ANEXO III) que orientou as entrevistas de maneira organizada.

Os dados expostos no quadro sinóptico 9 revelam as perceções dos participantes entrevistados sobre o papel desempenhado pelo Educador Social no apoio aos Antigos Combatentes. Através dessas perceções, é possível compreender de forma mais detalhada como a atuação do Educador Social é vista e valorizada pelos diferentes atores envolvidos neste processo de intervenção.

**Tabela 9** - Quadro Sinótico: Perceções dos autores

<i><b>Categoria</b></i>	<i><b>Indicadores</b></i>	<i><b>Fragmentos do Discurso</b></i>	<i><b>Ideia Chave</b></i>
<i><b>Confiança e Reconhecimento</b></i>	Valorização do Educador Social	<i>“O que é que eu ei-de de dizer (...) tenho a dizer bem (...) Para mim, estás a desempenhar um bom serviço... é bom...” (P1)</i>	A confiança na intervenção do Educador Social é evidenciada, apesar do conhecimento limitado sobre seu papel.
	Importância do Papel do Educador	<i>“(...) eu já ouvi falar..., mas agora conheço mais contigo aqui..., mas, sabes que é outra categoria... aquela é uma categoria, esta é outra...” (P2)</i>	Existe reconhecimento da importância do Educador Social, mesmo com uma compreensão limitada de suas funções.
	Reconhecimento Profundo	<i>“(...) esta técnica que é educadora que nós temos aqui, é... como pão para a boca... A Educadora Social (...) tem um papel que vai direitinho aos problemas...” (P3)</i>	A valorização do Educador Social como essencial para o bem-estar dos Antigos Combatentes é evidente.
<i><b>Apoio e Conexão</b></i>	Falta de Apoio na Reinserção	<i>“Vou fazer aqui uma questão... se existiu algum contacto com algum Educador Social... Não houve porque você não teve qualquer tipo de apoio...” (Entrevistadora)</i>	A falta de apoio do Educador Social durante o processo de reintegração é reconhecida e criticada.
	Contato com Educadores Sociais	<i>“Não, não...” (P2)</i>	A ausência de contato com Educadores Sociais durante a reintegração é uma realidade para muitos participantes.
	Apoio e Mobilização em Atividades	<i>“(...) quando vejo a organizar coisas que eu praticamente não fui chamado e depois vou usufruir delas...” (P3)</i>	O Educador Social proporciona um contato constante e próximo, facilitando a organização de atividades na instituição.
	Valorização	<i>“Foi uma grande valia... para</i>	A presença do Educador

<b>Crescimento e Resiliência</b>	Institucional		<i>a associação... não podemos dizer o contrário...” (P2)</i>	Social é considerada uma contribuição significativa para a associação, ajudando em várias frentes.
	Desenvolvimento de Projetos		<i>“(...) saber aproveitar este fermento que vem das universidades... nós fomos crescendo a todos os níveis...” (P3)</i>	O Educador Social é visto como um catalisador para o crescimento e desenvolvimento de novos projetos.
	Superação de Dificuldades	de	<i>“A vida é trabalhar... (...) para ter alguma coisa tive de trabalhar...” (P1)</i>	A resiliência é fundamental para os participantes, que destacam a importância do trabalho e da superação pessoal.
	Procura por Melhoria	por	<i>“Eu acho que (...) a gente quer sempre melhor...” (P2)</i>	A busca contínua pela melhoria e contribuição é uma prioridade entre os participantes.
	Orgulho e Gratidão		<i>“Sinto-me orgulhoso... muito orgulhoso (...) orgulhoso porque dei pouquinho e recebi muito...” (P3)</i>	O sentimento de orgulho e gratidão é evidenciado, mostrando o impacto positivo das relações construídas com o Educador.
<b>Empatia e Relacionamento</b>	Importância da Empatia	da	<i>“Acho bem que estejas com nós, queremos é gente boa que faz alguma coisa por nós...” (P1)</i>	A empatia é vista como uma qualidade essencial para os Educadores Sociais.
	Necessidade de Continuidade	de	<i>“(...) queria só que viesse do Ministério da Defesa assim: “esta menina está contratada” (P2)</i>	O desejo por continuidade e estabilidade na equipa de apoio é expresso como fundamental para o sucesso do trabalho.
	Compreensão e Paciência	e	<i>“(...) precisam possivelmente tanto ou mais de compreensão (...) muito entusiasmo no trabalho...” (P3)</i>	A necessidade de empatia e paciência no relacionamento com os Antigos Combatentes é uma recomendação importante.
	Valorização do Educador Social	do	<i>“Quando se chega aqui, só me dou por feliz e grato...” (P3)</i>	O Educador Social é reconhecido como um recurso valioso, fundamental para o crescimento e bem-estar dos participantes.
<b>Apoio Estrutural</b>	Interesse em Integrar Educadores Sociais	em	<i>“Não, mas gostava de ter” (RM2)</i>	Há um interesse em integrar Educadores Sociais nas equipas, visando fortalecer o suporte aos Antigos Combatentes.
	Benefícios de Acompanhamento Personalizado	de	<i>“Acompanhamento personalizado e mais eficaz” (RM1)</i>	O apoio individualizado do Educador Social é considerado crucial para atender as necessidades dos Antigos Combatentes.
	Combate ao		<i>“Alguns não têm ninguém,</i>	A presença do Educador

**Desenvolvimento de Projetos**

Isolamento		<i>"vivem sozinhos..." (RM2)</i>	Social é vista como essencial para combater a solidão e promover a interação social.
Necessidade de Programas Estruturados	de	<i>"Infelizmente não temos nenhum programa" (RM1)</i>	A ausência de programas específicos promovidos para Antigos Combatentes é um desafio reconhecido.
Reconhecimento do Papel do Educador Social		<i>"Seria sempre uma mais-valia em termos de partilha e sugestões" (RM1)</i>	O Educador Social é visto como uma ponte entre os Antigos Combatentes e outras associações, facilitando o apoio.
Apoio Diversificado		<i>"Um maior apoio e diversidade nas ajudas" (RM1)</i>	O Educador Social pode oferecer um suporte variado, aumentando as oportunidades de ajuda para os Antigos Combatentes.
Impacto da Aprendizagem do Educador Social	da	<i>"Toda a aprendizagem que um Educador Social pode ter é só por si um sucesso em termos de apoio e mudança" (RM2)</i>	A formação e o conhecimento do Educador Social são cruciais para promover mudanças positivas na vida dos Antigos Combatentes.

Nota: Silva, 2024

A análise das percepções dos participantes deste estudo acerca do papel do Educador Social junto dos Antigos Combatentes revela uma valorização variada, refletindo tanto a confiança nas capacidades destes profissionais como as limitações na compreensão do seu trabalho.

É evidente uma confiança significativa nas competências do Educador Social, mesmo na ausência de um conhecimento aprofundado sobre o seu papel. A afirmação de que *"tenho a dizer bem"* (P1) e a expressão *"estou bem servido"* (P1) indicam que, apesar da falta de informação sobre a intervenção do Educador Social, a experiência deste participante tem sido positiva. Essa confiança torna-se crucial para a relação estabelecida entre o Educador Social e o Antigo Combatente, apontando assim para a relevância do serviço prestado e, conseqüentemente, refletindo a importância do Educador Social. A citação *"é outra categoria"* (P2), sugere que, apesar do conhecimento poder ser limitado, existe uma abertura para compreender melhor este papel, embora também evidencie a falta de clareza sobre as suas funções.

Em contrapartida, encontramos um conhecimento mais explícito no terceiro participante (P3), que descreve o Educador Social como *“pão para a boca”* (P3). Esta expressão destaca a essência do Educador Social como um profissional presente, onde as suas intervenções são fundamentais para promover o bem-estar dos Antigos Combatentes. Além disso, P3 menciona que essa intervenção *“vai direitinho aos problemas”* (P3) e que *“patrocina, movimenta, realiza, promove”* (P3) iniciativas, evidenciando o impacto positivo do Educador Social na vida dos Antigos Combatentes.

As percepções dos participantes revelam, portanto, uma trajetória de confiança, reconhecimento, bem como a necessidade de uma maior compreensão do papel do Educador Social. Enquanto a satisfação e a valorização são evidentes, o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e integrada das suas funções pode fortalecer ainda mais a relação entre os Educadores Sociais e os Antigos Combatentes.

No que diz respeito à reintegração dos Antigos Combatentes, surgem relatos de lacunas significativas. Um participante relata que *“não houve qualquer tipo de apoio”* (P1), e o *“Não, não”* (P2) de outro participante destaca a ausência de Educadores Sociais no seu processo de readaptação. Essa realidade é partilhada por muitos Antigos Combatentes que, na transição para a vida civil, ficaram sem apoio especializado e que o mesmo, seria necessário para enfrentar imensos desafios sociais e pessoais.

Por outro lado, a nível institucional, o terceiro participante (P3) sublinha a transformação que a presença de uma Educadora Social trouxe, afirmando que *“começou-se logo a arranjar... no trabalho em conjunto (...) quando a vejo a organizar coisas que eu praticamente não fui chamado e depois vou usufruir delas”* (P3). Isso torna a Educadora Social numa figura central na associação, facilitando o trabalho e promovendo iniciativas que criam união e um ambiente colaborativo. Há um reconhecimento do mérito da Educadora, com o P3 a afirmar que o sucesso das atividades e a união promovida *“não foi milagre”* (P3) evidenciando assim a importância do Educador Social não só na realização de atividades concretas, mas também na promoção de um senso de comunidade e apoio contínuo que muitas vezes ultrapassa as expectativas.

Emergem, assim, percepções positivas sobre o contributo que um profissional como o Educador Social pode trazer. Embora existam respostas sucintas como *“acho que sim”* (P1) essa afirmação revela a satisfação com a intervenção do Educador Social nas

atividades da associação contribuindo para um ambiente mais dinâmico e refletindo a aceitação da presença e mudança nas rotinas e práticas da associação. A visão institucional sobre a importância deste profissional é igualmente clara, com a referência de que é uma *“grande valia... para a associação”* (P2) no fortalecimento da relação da II com entidades externas, como o Ministério da Defesa Nacional. Este impacto transformador e as competências descritas são vistas como *“fermento”* (P3) que impulsionaram a associação a um patamar diferente, permitindo um crescimento significativo ao longo dos últimos anos, conforme mencionado *“nem há 10 anos nós fazíamos isto”* (P3) o que destaca como este profissional ajudou a cultivar um ambiente de desenvolvimento e inovação que possibilitou a participação e criação de projetos antes considerados fora do alcance.

A análise também traz à tona valores importantes no contexto do papel dos Educadores Sociais com os Antigos Combatentes, como a resiliência, o desejo de contribuir e a gratidão. Testemunhos como *“a vida é trabalhar... para ter alguma coisa tive de trabalhar (...) vim sem nada”* (P1) evidenciam a resiliência do percurso de vida do participante, sublinhando a capacidade de enfrentar dificuldades e construir uma nova realidade. Este testemunho reflete a resiliência que vai além do pessoal, demonstrando o poder transformador de um espírito determinado e a relevância de contar com apoio especializado para fortalecer a capacidade de superação.

O desejo de *“ter casa cheia”* (P2) reflete a vontade de acolher os Antigos Combatentes que procuram por um crescimento pessoal e social. Muitas destas pessoas são impulsionadas pela vontade de contribuir para a comunidade, apresentando características essenciais para o trabalho de apoio social. A preocupação com a melhoria do ambiente associativo revela uma compreensão profunda da importância de criar espaços acolhedores e significativos para os Antigos Combatentes, onde possam sentir-se valorizados e com um forte senso de comunidade.

A gratidão e o orgulho expressos por um dos participantes *“sinto-me orgulhoso... muito orgulhoso”* (P3) evidenciam como a relação com o Educador Social impactou o seu desenvolvimento social e cívico. A *“gratidão”* (P3) reconhecida pelo participante não só destaca o papel do Educador Social, mas também a relação recíproca, onde ambas as partes crescem e aprendem. Desta forma, é evidenciada a forma como o trabalho do Educador Social vai além de intervenções pontuais, mas que, esta mesma intervenção,

chega a intervenções que provem o desenvolvimento integral de pessoas que passaram por momentos de grande dificuldade.

A análise também revela que a empatia, a continuidade no acompanhamento e a paciência são fundamentais para criar uma relação de apoio efetivo. O primeiro participante (P1) enfatiza a importância da empatia ao referir-se à Educadora Social como alguém que deve ser *“gente boa que faz alguma coisa por nós”* (P1). Isso demonstra o desejo de ser acompanhado por profissionais não apenas qualificados, mas que também demonstrem preocupação genuína e compreensão pelas suas necessidades e experiências. A empatia torna-se, assim, um elemento central na intervenção do Educador Social, facilitando a construção de laços baseados na confiança e no respeito pela história e personalidade dos Antigos Combatentes.

O desejo de continuidade é sublinhado pelo segundo participante (P2), que expressa que *“quero era que ficasses aqui... conosco... queria só que viesse do Ministério da Defesa assim: “esta menina está contratada”* (P2). Essa continuidade desejada permite a construção de um vínculo sólido e duradouro com o Educador Social, garantindo um apoio consistente e profundo. A estabilidade proporcionada por este profissional é vista como benéfica para os Antigos Combatentes, que frequentemente enfrentaram experiências de grande instabilidade e trauma.

É sublinhado pelos Antigos Combatentes, mais concretamente pelo terceiro participante (P3), importância de uma abordagem compreensiva e paciente, que recomenda que o Educador Social deve reconhecer o passado que estas pessoas carregam, que lhes foi *“imposto e que lhes deixou marcas”* (P3) que se manifestam em comportamentos desafiadores, como mau-humor e revolta. sugere ainda que é necessário um trabalho de *“entusiasmo, convicção e paciência”* (P3), por parte do Educador Social, que deve ser capaz de ver além das aparências e reconhecer a humanidade presente nos Antigos Combatentes. Estes *“continuam a ser seres humanos (...) precisam possivelmente tanto ou mais de compreensão”* (P3) para que se crie um espaço onde se sintam aceites e compreendidos, independentemente das suas dificuldades emocionais e comportamentais.

Os participantes partilham ainda o impacto positivo e transformador que os apoios dos Educadores Sociais têm na vida dos Antigos Combatentes, destacando a importância

do apoio contínuo, a satisfação com a experiência e o reconhecimento do valor deste profissional. A apreciação dada pelo primeiro participante (P1) destaca o “*apoio contínuo*” (P1) e expressa o desejo de que a Educadora Social permaneça na associação sendo vista como essencial para o bem-estar e a segurança emocional dos Antigos Combatentes. Este participante, quando afirma que “*só tenho a dizer bem*” (P1) expressa uma visão de gratidão e satisfação pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. O acompanhamento contínuo sugere que a presença constante do Educador Social se tornou um pilar de estabilidade, oferecendo segurança e apoio ao longo do tempo, algo que os Antigos Combatentes valorizam de forma significativa.

O segundo participante (P2) expressa uma satisfação semelhante, mencionando que “*está tudo dito*” (P2), o que, de uma forma simples, sugere uma aceitação do apoio recebido, que responde de maneira completa às necessidades dos Antigos Combatentes. Esta aceitação reflete na qualidade do relacionamento construído e na competência do Educador Social em criar ambientes acolhedores e de confiança.

Finalmente, o terceiro participante (P3) expressa gratidão e reconhecimento pelo papel do Educador Social, ao mencionar que se sente “*feliz e grato*” (P3) em contexto associativo, ao cruzar caminho com pessoas “*riquíssimas de tudo*” (P3) revelando o impacto transformador que a presença de um Educador Social acrescentou no crescimento e bem-estar de pessoas que enfrentaram experiências difíceis, como a experiência vivida pelos Antigos Combatentes. Este reconhecimento sublinha o valor do Educador Social como alguém que, para além do apoio técnico, enriquece e promove mudanças positivas e duradouras, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes.

Estas "vozes" destacam a importância da continuidade, a satisfação com o apoio recebido e a gratidão pelo papel do Educador Social, que se torna uma fonte de suporte e um elemento crucial para a transformação e o enriquecimento pessoal de quem viveu experiências difíceis e marcantes.

A análise da intervenção e do papel dos Educadores Sociais junto dos Antigos Combatentes, baseada nas percepções das técnicas do Ministério da Defesa Nacional, revela um panorama que evidencia a importância da presença destes profissionais na promoção do bem-estar e na reintegração social dos veteranos.

Um dos principais pontos a destacar é a ausência de Educadores Sociais nas equipas de apoio do Ministério da Defesa Nacional, uma lacuna significativa no suporte oferecido aos Antigos Combatentes. A falta deste profissional limita o acesso a um suporte emocional e social essencial para atender às necessidades específicas deste grupo, que frequentemente enfrenta desafios complexos de reintegração. As declarações das técnicas, que consideram a presença de um Educador Social como *“uma mais-valia”* (RM1; RM2), sublinham a relevância da mediação que este profissional poderia oferecer, criando ligações entre os Antigos Combatentes e as várias associações de apoio.

A mediação é um aspeto crucial, pois facilita o acesso a recursos e serviços que, sem o suporte técnico e humano do Educador Social, poderiam ser inacessíveis. A inclusão de *“mais estratégias, apoios”* e *“mais alternativas e condições de resultados favoráveis”* (RM2) indica que a atuação do Educador Social poderia enriquecer significativamente as abordagens atualmente utilizadas, criando soluções para desafios existentes e emergentes.

Um dos benefícios mais destacados da integração do Educador Social é o acompanhamento personalizado que este profissional pode proporcionar. A referência a um *“acompanhamento personalizado e mais eficaz”* (RM1) enfatiza a importância de um suporte adaptado às especificidades de cada Antigo Combatente. Esse tipo de acompanhamento não só fortalece o vínculo entre o Antigo Combatente e a equipa de apoio, mas também cria um ambiente em que estes se sentem valorizados e compreendidos.

A *“atenção e tempo para os ouvir”* (RM2) surge como um aspeto fundamental que distingue a atuação do Educador Social. Este cuidado personalizado, que reconhece cada Antigo Combatente como uma pessoa única, respeitando o seu percurso de vida, vivências e necessidades, é essencial para fomentar um ambiente de confiança e apoio. O reconhecimento de que cada Antigo Combatente tem *“apoio e preocupação caso a caso”* (RM1) reflete uma abordagem centrada na individualidade, promovendo um cuidado que transcende as intervenções convencionais.

Estas reflexões sublinham o impacto e o potencial que os Educadores Sociais poderão ter no apoio aos Antigos Combatentes, especialmente em questões como o isolamento, a falta de programas específicos e a necessidade de uma abordagem que seja

diversificada e contínua. Neste contexto, destaca-se a importância de “*tempo, respostas, apoio*” (RM2), o que sugere que o papel do Educador Social pode oferecer uma disponibilidade e prontidão essenciais para os Antigos Combatentes, que frequentemente enfrentam desafios complexos e em constante evolução. A capacidade de estar presente e de responder diretamente às necessidades contribui para criar um ambiente onde os Antigos Combatentes se sintam ouvidos e apoiados de forma contínua, proporcionando um suporte eficaz e humano.

Outro ponto crítico identificado na análise é a questão do isolamento e da solidão enfrentados por muitos Antigos Combatentes. A citação de que “*alguns não têm ninguém, vivem sozinhos*” (RM2) destaca a necessidade urgente de intervenções que ajudem a criar redes de apoio e interações sociais. A presença de um Educador Social poderia facilitar a integração social, promovendo um sentido de pertença e ajudando os Antigos Combatentes a desenvolver as habilidades sociais essenciais para uma vida saudável e integrada.

As técnicas ressaltam que a criação de programas específicos é vital, uma vez que “*infelizmente não temos nenhum programa*” (RM1) que contemple a figura do Educador Social no contexto do Ministério da Defesa Nacional. Essa ausência de iniciativas estruturadas não só sublinha a carência de políticas públicas que reconheçam e integrem o papel dos Educadores Sociais, mas também ressalta a necessidade de desenvolver programas que garantam acesso regular a um suporte eficaz para os Antigos Combatentes.

A interdisciplinaridade surge como um ponto forte na análise, com a menção de que a “*partilha e sugestões*” (RM1) entre profissionais de diferentes áreas podem enriquecer o apoio prestado aos Antigos Combatentes. A integração de Educadores Sociais é vista como uma “*mais-valia*” (RM1), pois traz uma visão complementar e especializada que pode fortalecer as intervenções existentes, adaptando-se às necessidades multidimensionais deste grupo. Essa colaboração permite que as intervenções sejam mais completas e adequadas às necessidades variadas dos Antigos Combatentes, fortalecendo a resposta às suas experiências únicas.

O reconhecimento de que “*toda a aprendizagem que um Educador Social pode ter é só por si um sucesso em termos de apoio e mudança*” (RM2) denota que a formação contínua e a adaptação a novas necessidades são essenciais para promover transformações

positivas. Essa aprendizagem contínua permite que o Educador Social desenvolva estratégias inovadoras e eficazes, contribuindo assim para o crescimento pessoal e social dos Antigos Combatentes.

A análise das percepções das técnicas do Ministério da Defesa Nacional e dos participantes revela a necessidade e o valor de integrar Educadores Sociais no apoio aos Antigos Combatentes. A presença destes profissionais pode transformar a experiência destes indivíduos, oferecendo um suporte diversificado, próximo e estruturado que combate o isolamento e responde diretamente às suas necessidades emocionais e sociais. Este trabalho é essencial para garantir que os Antigos Combatentes tenham acesso a um apoio adequado e contínuo, promovendo a sua reintegração e bem-estar na sociedade, e contribuindo para a construção de uma comunidade mais inclusiva e solidária.

## Conclusão

A análise dos dados obtidos através da auscultação de aurores permite concluir que a intervenção do Educador Social no contexto dos Antigos Combatentes revela a importância multifacetada deste profissional, destacando não apenas o suporte emocional que oferece, mas também o seu papel crucial na facilitação de atividades que promovem a interação social e a reintegração na comunidade. Os dados obtidos através da auscultação de aurores demonstram um consenso entre os participantes sobre a relevância do Educador Social, mesmo entre aqueles que têm um entendimento limitado sobre as suas funções específicas. Esta percepção indica que, independentemente do conhecimento formal sobre o papel do Educador Social, a prática e a presença deste profissional são reconhecidas como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos Antigos Combatentes.

Os relatos dos Antigos Combatentes enfatizam que a presença do Educador Social cria um ambiente acolhedor e seguro, onde eles se sentem respeitados e apoiados. A intervenção deste profissional é valorizada como uma “mais-valia” que contribui significativamente para o fortalecimento do bem-estar emocional e da dignidade das pessoas que atende. Além disso, a capacidade do Educador Social de estabelecer vínculos pessoais, como a empatia e a compreensão das experiências traumáticas vividas pelos Combatentes, é especialmente notável. Esta conexão emocional é considerada essencial para facilitar o processo de superação dos desafios diários enfrentados por este grupo.

Por outro lado, a análise das instituições que prestam apoio aos Antigos Combatentes aponta para uma realidade preocupante: a falta de profissionais qualificados na área da educação social compromete a eficácia do acompanhamento prestado. Muitas instituições enfrentam dificuldades em formar equipas multidisciplinares adequadas, e a ausência de Educadores Sociais impacta diretamente a capacidade dessas instituições de atender às complexas necessidades desta população. Como mencionado, uma abordagem integrada é fundamental para lidar com as dificuldades sociais enfrentadas pelos Antigos Combatentes. Este cenário é alarmante, especialmente considerando que as práticas sociopedagógicas das equipas de apoio demonstram um impacto positivo significativo na vida dos Combatentes, promovendo um ambiente de respeito e valorização que favorece a transformação emocional.

As atividades desenvolvidas pelo Educador Social são vistas como essenciais para o envolvimento da comunidade. Embora alguns projetos não tenham tido continuidade, a necessidade de retomar iniciativas que estimulem a participação dos Antigos Combatentes é amplamente reconhecida. O Educador Social é percebido como um organizador eficaz dessas atividades, promovendo a colaboração e o trabalho em equipa, elementos cruciais para o sucesso das intervenções. Apesar da satisfação geral com os serviços prestados, surgem sugestões para aprimorar a intervenção do Educador Social, como uma maior presença nas atividades e a criação de um espaço próprio para iniciativas criativas, refletindo o desejo dos participantes por um ambiente mais estruturado.

Adicionalmente, a valorização do Educador Social é evidente, embora muitos participantes ainda não compreendam plenamente as suas funções. A confiança na capacidade deste profissional para contribuir para a reintegração dos Antigos Combatentes é elevada, mas a falta de conhecimento sobre o seu papel sugere a necessidade de uma maior divulgação e esclarecimento.

O reconhecimento da importância da presença de Educadores Sociais nas equipas de apoio do Ministério da Defesa Nacional é crucial para proporcionar o suporte emocional e social necessário. “Partimos de uma imagem de profissional reflexivo, em permanente escuta, gerador de conhecimento, e recusamos a imagem do profissional estático que só é consumidor de conhecimento e que não favorece a criação de recursos de vida” (Carvalho & Baptista, 2004). Assim, o acompanhamento contínuo e personalizado, respeitando a individualidade dos Antigos Combatentes, é fundamental para a construção de uma relação de confiança, permitindo a superação das dificuldades enfrentadas.

Em suma, a valorização e integração dos Educadores Sociais nas equipas de apoio são fundamentais para o suporte emocional e social dos Antigos Combatentes. Ao promover a saúde mental e o bem-estar dos Combatentes, estes profissionais atuam como agentes de mudança social, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo e saudável. É imperativo que as políticas públicas reconheçam e incentivem o papel dos Educadores Sociais nas suas intervenções, assegurando um suporte abrangente e eficaz para o desenvolvimento pessoal e social desta população vulnerável. A promoção de um ambiente que favoreça a reintegração e o desenvolvimento dos Combatentes não só honra as suas experiências, mas também contribui para o fortalecimento do tecido social como

um todo, conforme argumentam Baptista (2008), Camões (2018) e Vaz (2023).

A valorização do Educador Social no contexto das instituições para Antigos Combatentes é, portanto, uma reflexão do seu impacto transformador na vida das pessoas que atende, reforçando a necessidade de reconhecimento e apoio a este papel fundamental.

## Considerações Finais

A presente dissertação procurou compreender a importância e o impacto do papel do Educador Social no desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes, apoiando-se numa análise teórica e empírica que engloba a Pedagogia Social, a Educação Social e o Desenvolvimento Humano.

Como sublinhado por Baptista e Carvalho (2004, p.120), a Pedagogia Social “transcende a simples transmissão de conhecimento”, promovendo o desenvolvimento integral do ser humano na sua interação no contexto social. Estas fundamentações tornam-se cruciais para avaliar o papel transformador do Educador Social, de uma forma especial junto dos Antigos Combatentes, uma vez que as trajetórias de vida destas pessoas são marcadas por experiências traumáticas entre conflitos e sofrimento com profundos impactos físicos, emocionais e sociais.

A Guerra do Ultramar deixou marcas profundas nos Antigos Combatentes portugueses, manifestando-se em traumas físicos e emocionais que necessitam de reconhecimento e apoio. A (re)integração desses veteranos na sociedade é um desafio que exige políticas de reabilitação e inclusão, evitando a marginalização e promovendo a valorização do seu sacrifício. Neste contexto, a presença de Educadores Sociais é fundamental, pois podem desempenhar um papel crucial na sensibilização da sociedade, na criação de programas de apoio e na promoção de uma cultura de empatia.

Este profissional “assume-se como um profissional de terreno que enquanto especialista de intervenção *in loco* é constantemente interpelado a repensar a sua prática na relação entre teoria e prática, na articulação com outros profissionais.” (Camões, 2018, p.60). Através do seu trabalho, estes profissionais podem ajudar a abordar os desafios enfrentados pelos Antigos Combatentes, assegurando que as experiências destes, sejam compreendidas e respeitadas, contribuindo assim para a construção de um futuro mais inclusivo e solidário.

A emergência da intervenção dos profissionais da Educação Social torna-se cada vez mais relevante, uma vez que os Educadores Sociais são preparados para uma “intervenção socioeducativa em contextos muito diversificados, como o trabalho com crianças, jovens, adultos e idosos, todos com particularidades sociológicas díspares”

(Camões e Baptista, 2017, p.7). Esta abordagem destaca a flexibilidade e a intencionalidade educativa na intervenção socioeducativa, como afirmam os autores de referência nacional (Baptista, 2004, 2008, 2012, 172019; Camões, 2012, 1018, 2019, 2020, 2021; Machado, 2009, 2012, 2010, 2021; Vaz, 2010, 2010, 2º20).

Baptista (2008) diz-nos que o Educador Social atua como um agente transformador e formador, promovendo o desenvolvimento integral e a inclusão das pessoas com quem trabalha. Essa transformação é fundamental para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, e é através da construção de vínculos de confiança e empatia que se fundamenta o trabalho do Educador Social (Camões, 2018, p.34).

Os dados recolhidos demonstraram que o Educador Social é considerado um suporte imprescindível para a promoção da dignidade e do bem-estar emocional deste grupo, que se caracteriza como vulnerável, contribuindo assim para a sua (re)integração social e pessoal. "Enquanto intervenientes numa prática orientada para a promoção da participação ativa das pessoas, dos grupos e das comunidades, de modo a capacitar cada cidadão a compreender os seus direitos e assumir as suas responsabilidades" (Machado, 2008, pp. 32-33). Neste contexto, a presença de um Educador Social em instituições de apoio aos Antigos Combatentes é fundamental, gerando um impacto significativo na equipa de profissionais.

Este profissional desempenha um papel determinante ao criar laços de proximidade com os Antigos Combatentes, fortalecendo os vínculos sociais e promovendo a inclusão de todos. Além disso, apoia emocional e socialmente, proporcionando um ambiente de acolhimento e confiança. O Educador Social também é responsável por facultar informações claras e relevantes, ajudando estas pessoas a compreenderem melhor os seus direitos e benefícios, contribuindo para o seu bem-estar integral. Trata-se de olhar para o outro com empatia e cuidado, de capacitar o outro a dar o melhor de si e a ser a sua melhor versão, de orientar quando necessário, sem qualquer tipo de julgamento.

No entanto, é lamentável que muitas dessas instituições invistam tão pouco na presença deste profissional, que é vital para assegurar um atendimento humanizado e eficaz. A falta de reconhecimento do Educador Social compromete a qualidade das

intervenções e limita a capacidade de resposta às necessidades dos Antigos Combatentes, que muitas vezes enfrentam traumas e desafios complexos. É urgente “considerar os Educadores Sociais como agentes de mudança social que coordenam grupos sociais por meio de estratégias educacionais que ajudam as pessoas a ter uma participação social, política, econômica e cultural e a se integrarem plenamente na sociedade.” (Camões, 2018, p.60).

Como salienta Baptista (2008), o desenvolvimento humano não se concretiza sem uma presença ativa e comprometida na vida de cada pessoa, o que é ainda mais significativa em contextos de vulnerabilidade.

O estudo reconhece algumas limitações que merecem ser ressaltadas. Das 20 instituições abordadas, apenas 5 participaram no nosso estudo, o que limita a representatividade dos dados coletados. Além disso, muitos Antigos Combatentes que poderiam ter sido entrevistados não puderam participar devido a fatores como idade e indisponibilidade. Outro aspecto a ser considerado é a falta de reconhecimento e valorização do Educador Social em algumas instituições, o que pode influenciar a percepção dos participantes sobre a relevância dessa intervenção. Isso sugere a necessidade de investigar as barreiras institucionais que dificultam a valorização desse profissional. Considera-se fundamental reconhecer estas limitações para aprimorar futuros estudos e intervenções no campo da Educação Social.

Em Projetos futuros pretende-se ampliar a amostra, incluir diferentes contextos culturais e sociais, e realizar uma análise mais aprofundada das percepções sobre o papel do Educador Social, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente e para a valorização efetiva deste profissional nas instituições de apoio aos Antigos Combatentes.

Concluimos com a firme convicção de que é urgente que as instituições reconheçam a importância do Educador Social, não apenas como um recurso, mas como um elemento central na promoção do bem-estar e na reintegração social dos Antigos Combatentes. Citando um dos participantes da nossa entrevista: “Se estiver ao lado de um utente com 40 ou 50 anos, estamos a falar de duas realidades diferentes a todos os níveis... a todos, a todos os níveis... depois, na reta final, encontramos ainda uma pessoa que diz coisas que o outro não compreende, e que só a Educadora Social entenderá porque está a trabalhar com eles...” (P3). Essa afirmação evidencia a atenção, o amor e o carinho

com que o Educador Social pode tratar cada pessoa, respeitando a sua singularidade e história de vida.

Assim, consideramos que não existe profissão mais gratificante do que esta, na qual trabalhamos sempre com e para os outros, visando, acima de tudo, o bem-estar do próximo. Reconhece-se que a Pedagogia Social, enquanto saber fundamental, encontra na Educação Social um campo privilegiado para a (re)construção de conhecimentos e práticas que visam não apenas a intervenção, mas também a promoção da dignidade humana e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Como afirma Couto (2020, p. 26), “o desenvolvimento humano é o desenvolvimento das pessoas através da construção de capacidades humanas, para as pessoas, melhorando as suas vidas e pelas pessoas através da participação ativa nos processos que moldam as suas vidas.” Portanto, a intervenção do Educador Social junto dos Antigos Combatentes é indispensável para promover a (re)construção da autoestima e do sentido de pertença destas pessoas.

Atuando numa lógica de proximidade, o Educador Social desenvolve um trabalho que vai além do apoio material e emocional imediato, ajudando os Antigos Combatentes a (res)significar as suas vivências e a (re)construir as suas identidades em novos contextos sociais, para a concretização de um verdadeiro processo de inclusão e empoderamento dos Antigos Combatentes, contribuindo para a restauração das suas identidades e para a construção de laços sociais saudáveis.

## Bibliografia

- Afonso, A., & Gomes, C. de M. (2020). *Guerra Colonial*. Porto Editora.
- Amado, J. (2011). Ciências da Educação – Que Estatuto Epistemológico? *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 45-55.
- Amado, (2017). Manual de Investigação Qualitativa em Educação (3ª edição). DOI: [10.14195/978-989-26-1390-1](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1)
- Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. Disponível em: <https://www.un.org/en/universal-declaration-humanrights/> Acesso em: 10 de outubro de 2024.
- Azevedo, J., Baptista, I. (2008). Educadores sociais: Quem são? O que fazem? Como desejam ser reconhecidos? *Cadernos De Pedagogia Social*, (2), 45-60. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1924>
- Baptista, I. (2008). Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação. *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 7-30
- Baptista, I. (2012). Pedagogia Social: Um campo plural de investigação e intervenção. *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, 5-8.
- Baptista, I. (2021a). Ética e Pedagogia do Cuidar. In Ilharco, F. (coord.): *A Sociedade do Cuidado*, 100-107.
- Baptista, I. (2021b). Inovação, Pedagogia Social e Desenvolvimento Humano. In Vieira, A. M.; Vieira, R. & Marques, J.C. (orgs.). *Temas e Contextos de Pedagogia-Educação Social* (pp.59-86). Porto: Edições Afrontamento.
- Calixto, A., Carvalho, L. (2020). Direitos humanos em tempos de crise: Os reflexos do coronavírus no compliance estatal com a sistemática internacional. *Opinião Jurídica*, 19(40), pp.441–464. <https://doi.org/10.22395/ojum.v19n40a21>

- Camões, A. (2018). *Formação Contínua e Ethos Profissional- O caso dos Educadores Sociais em Portugal* (Tese de Doutoramento não publicada) Porto. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Camões, A. (2019). *Trajetórias de vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»*. Faro: Sílabas & Desafios.
- Camões, A. & Baptista, I. (2017). *Educadores Sociais: Exigências e Desafios de Formação e Ação*. In Garcia, V. A. & Rodrigues, J. P., (Coords.). (2017). *Educação Social: Profissionalização, Formação, Movimentos Sociais e Ambientalismo*. Holambra (SP): Editora Setembro. ISBN: 978-85-55040-27-6
- Caride, J. (2005). *Las fronteras de la pedagogia social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Carta Ética (2020). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. <https://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020-COMPACTADO.pdf>
- Carvalho, A. (2002). *Epistemologia das Ciências da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A., Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- Carvalho, A.; Baptista, I. (2008). *Ética e formação profissional. Problemáticas antropológicas e dilemas éticos na intervenção socioeducativa*. In Sarah Banks e Kirsten Nohr (coord.). *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social* (pp. 19-32). Porto. Porto Editora.
- Couto, F. (2020). *Participação de Atores e Desenvolvimento Socioterritorial. A construção do currículo do ensino primário em Timor-Leste*. Profedições.
- Haguette, T. (1992). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3ª Edição. Petrópolis. Rio de Janeiro.
- Herman, J. L. (1992). *Trauma and recovery: The aftermath of violence—From domestic*

*abuse to political terror*. Basic Books.

Maia, Â., McIntyre, T., Pereira, M. G., & Fernandes, E. M. (2006). *Por baixo das pústulas da guerra: Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa*. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/1822/5951>

Machado, R. (2008). *Ética e Formação de Adultos: Estatuto do Formador TCA*. (Dissertação de Mestrado). Porto. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

Lopes, A., Vicente, M. (2014). *Guia sobre Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional*. EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis – Transformando o futuro para um mundo em mudança*. PNUD. Disponível em <https://hdr.undp.org>

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Coleção Trajetos. Lisboa.

UNESCO (2020). *Education in a post-COVID world: Nine ideas for public action*. International Commission on the Futures of Education. Paris: UNESCO.

United Nations. (1992). *An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping*. New York.

United Nations. (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. New York.

United Nations. (2004). *A more secure world: Our shared responsibility. Report of the Secretary-General's High-level Panel on Threats, Challenges and Changes*. New York.

Vaz, C., & Baptista, I. (2021). *Pedagogia Social e Inovação Socioeducativa - Imperativos de formação académica/ Social Pedagogy and Socio-educational Innovation–*

Academic training imperatives. *Brazilian Journal of Development*, 7(8), 77886–77898. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-144>

Vaz, C. (2010). Educação Social e Intervenção Sociocomunitária: O Educador Social numa «Comunidade de Aprendentes». (Tese de Mestrado não publicada). Porto. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

## Bibliografia de Referência

- Atkinson, R. (2002). The Life Story Interview, in *Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), Handbook of Interview Research, Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140*
- Bogdan, R., Biklen, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Camões, A., Baptista, I. (2023). Challenges of Initial Training in Times of Pandemic: Social Education Internship Experience. In: Abreu, A., Carvalho, J.V., Liberato, D., Galdames, I.S. (eds) *Advances in Tourism, Technology and Systems. Smart Innovation, Systems and Technologies, vol 340*. Springer, Singapore. [https://doi.org/10.1007/978-981-19-9960-4\\_7](https://doi.org/10.1007/978-981-19-9960-4_7)
- Camões, A., Vaz, C., Machado, R., Oliveira e Sá, S. (2020). Profissionais da Educação Social: Desafios contemporâneos. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 27(1), 6-19.
- Caballo, V. E. (2003). *Manual de psicología clínica: Trastornos psicológicos de la infancia y adolescencia*. Pirámide.
- Jares, X. (2006). *Educar para a verdade e a esperança*. Porto: Asa.
- Junior, E. B. L., de Oliveira, G. S., dos Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44).
- Lima, M. L., Moleiro, C., & António, R. (2021). *Projeto de Estruturação do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar. Relatório de Apresentação de Resultados, Área Psicossocial: Estudo Piloto de Caracterização da Qualidade de Vida de Antigos Combatentes*. Lisboa: CIIS, Centro de Investigação e de Intervenção Social.
- Maia, Â. & Morgado, D. (2021). *Centro de Recursos de Stress (em Contexto) Militar: Relatório Final relativamente à Área Psicológica*. Braga, Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho.

- Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Revista de educação*. 4(1), 60-71.
- Roque, S. (2023). O Direito Internacional Humanitário e os conflitos armados do século XXI: As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana – os casos da Líbia e da Síria. (Tese de Mestrado não publicada). Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Trigo, L; Monteiro, R; Baptista, I. (2015). Pedagogia Social em Portugal. Estatuto disciplinar, académico e profissional. *Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do I Seminário Internacional, Vol.II – Comunicações Livres*. Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. Porto.
- Vieira, A. (2016). Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional. *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Porto, Profedições.

## Documentação e legislação consultada e referenciada

Diário da República. (1999). *Portaria n.º 87/1999, de 30 de janeiro.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/87-1999-1165762>

Diário da República. (1999). *Decreto-Lei n.º 503/1999, de 20 de novembro.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/503-1999-643282>

Diário da República. (2020). *Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-2020-140631237>

Diário da República. (2002). *Lei n.º 9/2002, de 11 de janeiro.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/9-2002-273420>

Diário da República. (2024). *Decreto-Lei n.º 61/2024, de 30 de setembro.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/61-2024-889313166>

Diário da República. (2009). *Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro.*

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/3-2009-397297>

Ministério da Defesa Nacional. (2022). *Relatório da UTAC: semestre 2 de 2022.*

[https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER\\_DocumentoLookupList/Relatorio-UTAC-semester-2-2022-revisao.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Relatorio-UTAC-semester-2-2022-revisao.pdf)

## Webgrafia

<https://acupcp.com/>

<https://aofa.pt/>

<https://www.defesa.gov.pt/pt>

<https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/ac/direitos/adm>

<https://www.iasfa.pt/>

[https://ultramar.terraweb.biz/index\\_movimento\\_antigos\\_combatentes.htm](https://ultramar.terraweb.biz/index_movimento_antigos_combatentes.htm)

<https://www.adfa-portugal.com/>

<http://www.apvg.pt/index.php>

<https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/Ministerio-da-Defesa-Nacional-altera-protocolo-com-a-ANCU.aspx>

[https://ultramar.terraweb.biz/03Memoriais/Pampilhosa\\_da\\_Serra/PampilhosadaSerra\\_AssociacaodeCombatentes.pdf](https://ultramar.terraweb.biz/03Memoriais/Pampilhosa_da_Serra/PampilhosadaSerra_AssociacaodeCombatentes.pdf)

<https://combatentesarganil.blogspot.com/>

<https://ultramar.terraweb.biz/AssociacaoCombatentesViladoConde.htm>

<https://www.ligacombatentes.org/nucleo/portugal/portugal/lisbon/nucleos-1/tabua/>

<https://apoiar-stressdeguerra.com/pt/>

<https://associacaocomandos.pt/>

[https://ultramar.terraweb.biz/Associacao\\_ANPG.htm](https://ultramar.terraweb.biz/Associacao_ANPG.htm)

<https://www.ligacombatentes.org.pt/>

# **Anexos**

## ANEXO I

### Questionário Ministério da Defesa Nacional

#### **O Papel do Educador Social com os Antigos Combatentes**

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social, surge a vontade de explorar qual a pertinência do Educador Social junto da população dos Antigos Combatentes da Guerra do Ultramar. Este questionário será usado com o único propósito de concretizar o estudo que se intitula de **"Caminhos de Transformação: O Papel do Educador Social no Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente"**.

A sua colaboração nesta investigação é fundamental e solicitamos, desde já, a honestidade das suas respostas, assegurando-lhe a sua **CONFIDENCIALIDADE**.

#### Secção 1

##### Enquadramento

1. Qual a sua função dentro do Ministério da Defesa Nacional e junto dos Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

2. Qual a área de formação? É necessário responder.

(Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

#### Secção 2

##### Sobre o Antigo Combatente

3. Quais os principais serviços oferecidos pelo Ministério para os Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Escolha múltipla.)

- Apoio Médico
- Apoio Psicológico
- Acompanhamento Social

- Apoio Jurídico

4.Qual a maior dificuldade que os Antigos Combatentes enfrentaram no seu processo de reintegração na vida civil? (É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

5.De que forma o Ministério da Defesa Nacional colabora com outras instituições (Universidades, Associações, etc.) no apoio aos Antigos Combatentes? (É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

### Secção 3

#### Sobre o Educador Social

6.Conhece o trabalho do Educador Social? (É necessário responder. Escolha única.)

- Sim
- Não

7.Têm algum Educador Social nas vossas equipas? (É necessário responder. Escolha única.)

- Sim
- Não
- Não, mas gostava de ter

8.Se respondeu não à questão anterior, seria na sua opinião uma mais-valia a integração de um Educador Social na equipa? Se sim, justifique. (É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

9.Qual a visão de o Ministério da Defesa Nacional sobre o papel do Educador Social no apoio aos Antigos Combatentes? (É necessário responder. Escolha múltipla.)

- Essencial

- Importante
- Pouco relevante

10. Que tipo de função, na sua opinião, pode ser atribuída ao Educador Social no que diz respeito ao acompanhamento dos Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

11. Quais os principais benefícios da intervenção do Educador Social no apoio aos Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

12. Existem programas específicos promovidos pelo Ministério que envolvem Educadores Sociais no apoio aos Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Escolha única.)

- Sim
- Não

13. Se respondeu "sim" à questão anterior, quais são esses programas?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

14. Qual é o papel do Educador Social, na sua opinião, no trabalho interdisciplinar com outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais, na intervenção com Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas Linhas.)

Introduza a sua resposta

15. Quais as características que atribui ao Educador Social?

(É necessário responder. Escolha múltipla.)

- Bom ouvinte
- Empático
- Disponível

- Ético
- Acolhedor
- Bom orientador
- Profissional da relação
- Dinamizador
- Promotor da integração social
- Profissional do Desenvolvimento Humano
- Mediador
- Agente de mudança
- Próximo
- Comunicação eficaz
- Resiliência
- Sensibilidade
- Conhecimento Técnico
- Capacidade de análise e reflexão
- Paciência e perseverança
- Criatividade
- Trabalho em equipa
- Flexibilidade
- Equidade

16. Mediante as características elencadas anteriormente, quais as que considera pertinentes para um trabalho junto dos Antigos Combatentes

(É necessário responder. Escolha múltipla.)

- Bom ouvinte
- Empático
- Disponível
- Ético
- Acolhedor
- Bom orientador
- Profissional da relação
- Dinamizador

- Promotor da integração social
- Profissional do Desenvolvimento Humano
- Mediador
- Agente de mudança
- Próximo
- Comunicação eficaz
- Resiliência
- Sensibilidade
- Conhecimento Técnico
- Capacidade de análise e reflexão
- Paciência e perseverança
- Criatividade
- Trabalho em equipa
- Flexibilidade
- Equidade

17. Na sua opinião, de que forma o Educador Social pode contribuir para o Desenvolvimento pessoal e social dos Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Texto Com Múltiplas linhas).

Introduza a sua resposta

## ANEXO II

### Questionário Entidades: Associações de Antigos Combatentes

#### O Papel do Educador Social com o Antigo Combatente

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social, surge a vontade de explorar qual a pertinência do Educador Social junto da população dos Antigos Combatentes da Guerra do Ultramar. Este questionário será usado com o único propósito de concretizar o estudo que se intitula de "**Caminhos de Transformação: O Papel do Educador Social no Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente**".

A sua colaboração nesta investigação é fundamental e solicitamos, desde já, a honestidade das suas respostas, assegurando-lhe a sua **CONFIDENCIALIDADE**.

#### Secção 1

##### Dados Entidade

##### 1.Nome da Entidade

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

##### 2.Qual a localidade a que pertence esta Entidade?

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

##### 3.Há quanto tempo acolhe esta entidade os Antigos Combatentes?

(É necessário responder. Escolha única.)

- Menos de 1 ano
- 1 ano a 5 anos
- 6 anos a 11 anos
- 12 anos a 17 anos
- Mais de 18 anos

4.Quantos Antigos Combatentes são acompanhados na vossa instituição?

(É necessário responder. Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

5.Esta Entidade dispõem de protocolo com o Mistério da Defesa?

(Escolha única.)

- Sim
- Não

6.Se sim, quais as áreas de intervenção que contemplam esse protocolo?

(Escolha múltipla.)

- Profissionais da área da Saúde
- Profissionais da área Social
- Profissionais da área do Direito
- Profissionais da área da Psicologia

7.Se selecionou os profissionais da área Social indique o número de profissionais e qual a função.

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

8.Qual a regularidade de trabalho da Entidade?

(Escolha única.)

- Aberta todos os dias
- Só manhã (todos os dias)
- Só tarde (todos os dias)
- Entre uma a duas vezes por semana
- Duas vezes ou mais por semana

## Secção 2

### Quadro Técnico

9.A entidade contempla um Quadro Técnico?

(Escolha única.)

- Sim
- Não

10. Se sim, quantos profissionais pertencem a este Quadro Técnico e qual a sua formação?

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

11. Quantos anos de experiência tem os técnicos pertencentes ao Quadro Técnico desta entidade?

(Escolha única.)

- Menos de 2 anos
- Entre 2 a 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- 10 anos ou mais

12. Quem presta serviço à entidade a nível técnico é afeto à entidade ou são assegurados por profissionais de outra entidade?

(Escolha única.)

- Pela nossa entidade
- Por outra entidade

13. Qual?

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

### Secção 3

#### O Educador Social

14. Conhece o trabalho do Educador Social?

(Escolha única.)

- Sim
- Não

15. Têm algum Educador Social nas vossas equipas?

(Escolha única.)

- Sim
- Não
- Não, mas gostava de ter

16. Se sim, em que regime?

(Texto de linha única.)

Introduza a sua resposta

17. Quais as características que atribui a este profissional?

(Escolha múltipla.)

- Bom ouvinte
- Empático
- Disponível
- Ético
- Acolhedor
- Bom orientador
- Profissional da relação
- Dinamizador
- Promotor da integração social
- Profissional do Desenvolvimento Humano
- Mediador
- Agente de mudança
- Próximo
- Comunicação eficaz
- Resiliência
- Sensibilidade
- Conhecimento Técnico
- Capacidade de análise e reflexão
- Paciência e perseverança
- Criatividade

- Trabalho em equipa
- Flexibilidade
- Equidade

18. Mediante as características elencadas anteriormente, quais as que considera pertinentes para um trabalho junto dos Antigos Combatentes?

(Escolha múltipla.)

- Bom ouvinte
- Empático
- Disponível
- Ético
- Acolhedor
- Bom orientador
- Profissional da relação
- Dinamizador
- Promotor da integração social
- Profissional do Desenvolvimento Humano
- Mediador
- Agente de mudança
- Próximo
- Comunicação eficaz
- Resiliência
- Sensibilidade
- Conhecimento Técnico
- Capacidade de análise e reflexão
- Paciência e perseverança
- Criatividade
- Trabalho em equipa
- Flexibilidade
- Equidade

19. Tendo em conta a realidade da respetiva entidade, seria na sua opinião uma mais-valia a integração de um Educador Social na equipa?

(Escolha única.)

Sim

Não

20. Porquê?

(Introduza a sua resposta)

Introduza a sua resposta



## ANEXO III

### Guião entrevista junto dos Antigos Combatentes

\*Apresentação e o porquê da entrevista

Tópicos: Nome; Aluna do mestrado; à vontade para não responder se não quiser ou não se sentir à vontade. Informar questão da confidencialidade e tratamento de dados.

#### **Parte 1: Experiências na Guerra Colonial**

Pode-me falar um pouco sobre si e sobre o seu tempo de serviço durante a Guerra Colonial?

Qual a sua idade?

1. Onde esteve?

1.1. Quantos anos esteve na Guerra?

2. Em que ano foi mobilizado?

3. Para que província foi?

4. Com que idade foi?

5. Para podermos perceber um pouquinho da história, como é que foi o processo de alistamento/mobilização?

6. Quando chegou ao teatro de operações qual foi as suas primeiras impressões?

7. Como é que era vivido um dia dito “normal” naquele tempo?

8. Qual foram os maiores desafios que enfrentou durante este tempo de Guerra?

9. Consegue contar-me algum episódio, alguma memória que tenha sido marcante para si?

.....

#### **Parte 2: Regresso**

10. Como foi a seu regresso à metrópole? Como foi sobretudo o seu regresso a casa, à sua família e à sua vida civil?

11. Que impacto teve a guerra e aquilo que viveu na sua saúde física e mental?

12. Como é que lidou com o stress e com os traumas que vieram consigo da Guerra Colonial.
13. Após o seu regresso, que tipo de apoio recebeu para se poder reintegrar na sociedade?
14. Foi procurar algum tipo de ajuda ou então foi encaminhada por algum serviço de apoio?
15. Quais foram os maiores desafios que enfrentou ao tentar reintegrar-se na vida civil?
16. O apoio recebido foi suficiente para superar esses desafios? Se não, o que faltou?

----

### **Parte 3: Educação Social**

17. O que sabe ou o que conhece sobre o papel do Educador Social?
18. Existiu algum contacto com algum Educador Social durante o seu processo de reintegração?
19. Antes de 2019, a ACUP não tinha a referência de um Educador Social, contudo a partir desse momento até aos dias de hoje, esta associação começou a integrar um Educador Social através de estágio entre outras modalidades. Vê alguma diferença na vida da associação, com a integração deste profissional a partir desse momento?
20. Quais foram as atividades ou programas que participou com a orientação de um Educador Social?
21. Pode dar algum exemplo, de como a presença de um Educador Social na Associação, fez a diferença na sua vida?
22. Na sua opinião, que mudanças ou melhorias poderiam ser feitas nos serviços de apoio oferecido pelos Educadores Sociais?
23. O que distingue o Educador Social dos outros profissionais?
24. Como vê o seu próprio percurso desde a guerra até agora em termos de desenvolvimento pessoal e social?
25. Que sugestões tem para os Educadores Sociais que trabalham com Antigos Combatentes?
26. Gostaria de acrescentar ou partilhar mais alguma coisa sobre a sua experiência ou algo que ache importante?

\*Conclusão

Tópicos: Agradecer o contributo. Reforçar a ideia da confidencialidade e tratamento dos dados.

## ANEXO IV

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

**Título da Pesquisa: Caminhos de Transformação: O Papel do Educador Social no Desenvolvimento Pessoal e Social do Antigo Combatente**

**Investigadora Responsável:** Ana Lúcia Rocha da Silva

**Orientadora Responsável:** Professora Doutora Ana Camões

**Instituição:** Universidade Católica Portuguesa – Porto

#### **Introdução:**

Caro(a) participante, está a ser convidado(a) a participar numa entrevista que faz parte de uma pesquisa académica conduzida pela aluna de Mestrado Ana Lúcia Rocha da Silva, da Universidade Católica Portuguesa – Porto. A referida pesquisa tem recaí sobre a perceção do papel do Educador Social junto dos Antigos Combatentes. Antes de decidir acerca da participação, é importante que haja a compreensão dos propósitos da pesquisa, de todo o procedimento e dos benefícios e riscos.

O documento exposto fornece essa informação e solicita o devido consentimento para a participação.

#### **Objetivo:**

O presente estudo tem como objetivo entender qual o papel do Educador Social no âmbito militar, mais propriamente junto dos Antigos Combatentes e qual o contributo que este profissional pode dar de forma humanizada e pedagógica. A entrevista, como método de recolha de dados, faz parte de um projeto académico que procura escutar os Antigos Combatentes na relação que tem com o Educador Social e assim perceber a pertinência desta área junto desta população em específico.

#### **Procedimentos:**

A entrevista será conduzida de forma presencial e terá uma duração aproximada de 1h30min. As perguntas irão abordar temas como as vivências do Antigo Combatente e contexto de Guerra Colonial, bem como a sua reiteração e a sua proximidade e relação com o Educador Social.

A participação na entrevista é totalmente voluntária e, enquanto entrevistado, pode recusar-se a responder a qualquer pergunta ou terminar a entrevista se assim entender e a qualquer momento, sem qualquer dano, salvaguardando enquanto prioridade o seu bem-estar.

**Confidencialidade:**

Todas as informações serão fornecidas serão tratadas com a maior confidencialidade. Os dados serão utilizados apenas para fins académicos. No que concerne a publicações ou apresentações, a sua identidade será mantida em sigilo.

**Riscos e Benefícios:**

Nesta entrevista, não estão previstos qualquer tipo de riscos associados à sua participação na referida pesquisa. No que diz respeito aos benefícios, estes recaem na contribuição para ao avanço do conhecimento na área da Educação Social e da intervenção do Educador Social junto dos Antigos Combatentes e a possibilidade de refletir sobre o tema abordado.

**Direitos do Participante:**

A respetiva participação é voluntária e tem total direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer dano ou penalização. Pode ainda, solicitar, toda a informação que achar necessária ou tirar dúvidas sobre a pesquisa antes, durante e após a entrevista.

**Contacto:**

Na eventualidade de alguma dúvida sobre a pesquisa ou entrevista, entre em contacto com Ana Lúcia Silva, pelo número de telemóvel 911508574 ou via e-mail [s-alsilva@ucp.pt](mailto:s-alsilva@ucp.pt). Para questões de foro ético, entre em contacto com o Comité de Ética da Universidade

Católica Portuguesa – Porto, através do e-mail [provedor.etica.porto@ucp.pt](mailto:provedor.etica.porto@ucp.pt)

**Declaração de Consentimento:**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li, compreendi e fui informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento.

Desta forma, concordo em participar nesta pesquisa e autorizo o uso dos dados conforme foi supracitado.

---

(Assinatura do Participante)

---

(Assinatura do Investigador(a))

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_